

FMI MANDA, SARNEY OBEDECE: URP CONGELADA

O governo Sarney congelou por dois meses os salários dos trabalhadores no setor público e anunciou outras medidas contra os trabalhadores, inclusive a reintrodução da semestralidade. Embora se diga que, com isto, o déficit público está sendo combatido, a verdade é que as iniciativas na área econômica agravarão ainda mais a crise (e a recessão) em que o país está atolado. O caráter antinacional do pacote fica evidenciado quando se constata que ele foi adotado por imposição direta do Fundo Monetário Internacional. Página 4

EDITORIAL

Assalto trilhonário

Reduzir os gastos é o pretexto do governo para praticar um assalto no valor de aproximadamente 1 trilhão de cruzados contra os funcionários públicos — através do congelamento da URP por dois meses.

Este mesmo governo, segundo apura a CPI da corrupção, “favoreceu” cerca de 70 bilhões de cruzados a fornecedores de obras e magnatas de empresas financeiras, através de decretos forjados sob medida. E está gastando a bagatela de 56 milhões de cruzados para reformar o salão de festas do Clube da Aeronáutica no Rio de Janeiro. Sem falar nas verbas a fundo perdido distribuídas para as prefeituras para beneficiar compadres, cabos eleitorais, parentes, etc.

Mas o FMI já deixou claro que embora a medida seja “bem-vinda, é insuficiente”. E como o governo Sarney se esforça para ficar na história como a administração mais entreguista de nosso país, outras providências para aumentar o arrocho já estão sendo pensadas. O primeiro ensaio apareceu no mesmo dia em que Mailson da Nóbrega anunciou o congelamento da URP: o Palácio do Planalto fez chegar à imprensa um “estudo” no sentido de reimplantar a semestralidade nos reajustes salariais. Mas “só quando a inflação estiver controlada” jurou o informante.

O ministro da Fazenda, para ser mais agradável ao FMI, ameaçou de demissão sumária os servidores que participarem de greves contra o pacote. Para estes, “o rigor da lei”. Para os agiotas internacionais, os dólares. Para os corruptos, a impunidade. Para Sarney, cinco anos. Para a Ferrovia Norte-Sul, o que for necessário.

No mesmo instante em que o governo oficializava o congelamento da URP, 50 mil trabalhadores saíram às ruas no Rio de Janeiro manifestando o seu repúdio ao governo. E o sr. Sarney sabe muito bem, por experiência

acumulada no tempo que serviu aos governos militares, que este será o caminho do povo para resistir ao massacre de seus salários.

A ofensiva contra os assalariados tem sido a receita preferida para aproveitar-se da inflação no sentido de transferir riquezas cada vez maiores para os banqueiros e empresários. E fator de agravamento de todas as contradições sociais, na medida em que aprofunda ainda mais a recessão. Só a luta enérgica de grandes massas, nas ruas e nas empresas, em todo o país, pode inverter o agravamento alarmante da miséria.

Lideranças do funcionalismo já indicaram a realização de uma greve nacional do próximo dia 13. E o espírito de revolta da categoria pode conduzir a um movimento de grande envergadura. Mas, ao mesmo tempo, a situação exige a unidade não apenas das categorias imediatamente atingidas. O ataque do governo é dirigido contra todos os trabalhadores.

O quadro de agravamento da crise serve como alerta geral. Não se pode entender que mesmo diante de provas tão evidentes do antagonismo entre os interesses patronais e do governo com o povo, lideranças apelegadas ou amaciadas por dólares da social democracia europeia e do sindicalismo burguês americano, continuem dividindo os trabalhadores, conchavando com a Fiesp ou ludibriando os incautos com a falsa alternativa de pactos sociais.

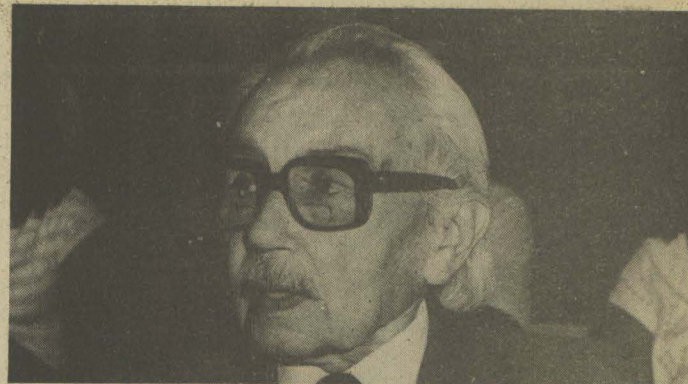
Ao lado da resistência imediata no terreno econômico, a situação coloca na ordem do dia, ainda com mais força, a necessidade de se retomar o movimento pelas diretas em 88 e para garantir as eleições municipais, também ameaçadas pelo golpe do adiamento. No Rio Grande do Sul já foi marcado um comício com estes objetivos. O exemplo merece ser seguido em todo o Brasil. E com urgência.

Partidos se unem em defesa do pleito municipal

Na Constituinte está sendo articulado um “projeto de decisão” no sentido de impedir qualquer adiamento das eleições de prefeitos e vereadores, marcadas para 15 de novembro. Paralelamente, no Congresso Nacional, líderes dos diversos partidos discutem uma regulamentação de urgência para assegurar o pleito. Pág. 3

Como a corrupção mina o governo

A “Tribuna Operária” mostra as várias modalidades de irregularidades cometidas por membros da assessoria direta do Palácio do Planalto. Página 8.



João Amazonas dirigiu a Convenção Nacional do PC do B

PC do B avança na legalização

Culminando um processo que mobilizou todo o partido, o PC do B realizou sua Convenção Nacional, em Brasília, no último dia 4 de abril, aprovando seu programa e elegendo uma nova direção nacional. Estão, assim, concluídas as exigências da atual legislação para o seu registro definitivo. P. 3

Protesto dos trabalhadores contra arrocho



Ato na Praça da Sé ficou abaixo das expectativas

Na mesma tarde em que o governo anunciou o congelamento da URP para os trabalhadores do setor público, em todo o país ocorreram manifestações do Dia Nacional de Mobilização contra o Arrocho Salarial. No Rio de Janeiro, uma passeata pelas ruas centrais da capital reuniu cerca de 50 mil pessoas — segundo os organizadores do evento unitário. O anúncio das novas medidas de arrocho do governo gerou grande revolta. “Se a URP não voltar a gente pára o Brasil”, gritaram os manifestantes. A proposta da greve geral foi aprovada por unanimidade.

Já em São Paulo, o ato na Praça da Sé ficou abaixo das expectativas. De acordo com os cálculos dos sindicalistas, 5 mil populares participaram da manifestação. Segundo Nivaldo Santana, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Purificação de Água e Esgoto, o pequeno comparecimento foi devido à postura imobilista de diversas direções sindicais. Ele criticou duramente Antônio Magri e Luís Antônio Medeiros, que preferiram ficar em conchavos com os patrões e não “seus agentes no nosso

meio”. Nivaldo também condenou a “maioria direitista da direção da CGT, que boicotou a manifestação contra o arrocho do governo Sarney”.

Também no dia 7 teve início a greve dos funcionários do Banco Central — cerca de 6.200 em todo o país. Eles protestam contra a suspensão da URP e exigem 40% de reajuste salarial, além de outras reivindicações. Numa atitude típica das ditaduras, o governo demitiu 19 grevistas e ameaça com novas dispensas. “Essas demissões só reforçam a necessidade do nosso movimento”, afirma um integrante do comando de greve.

Em assembléia realizada em Brasília, na mesma tarde de quinta-feira, lideranças do funcionalismo público a nível nacional decidiram marcar uma greve geral de protesto para o próximo dia 13. Após a reunião, 400 servidores realizaram um ato diante do Ministério da Fazenda. Os manifestantes gritaram para que o ministro pulasse de seu gabinete no quinto andar do prédio e exigiram em cartazes as eleições diretas em 88. O fim do arrocho salarial.

ELEIÇÕES NOS EUA

Um negro na presidência?

Um novo fenômeno na imprensa norte-americana visam tornar mais atraente a monótona sucessão de Ronald Reagan na presidência dos EUA: a candidatura do pastor negro Jesse Jackson ao cargo. Na verdade, bem colocadas as coisas, Jackson é candidato a candidato, pois o que ele postula é a indicação do Partido Democrata para concorrer com o Partido Republicano.

Num país sabidamente racista e onde o império do capital chegou ao cume, jogando por terra qualquer sonho de democracia representativa, o fato de um negro ser cotado para ser candidato de um dos partidos que se revezam no poder é inusitado. Numa entrevista à imprensa, Jackson chegou a afirmar que, com sua vitória, "nós, o povo, venceremos".

Não é bem assim. Jackson está intimamente ligado ao sistema de poder norte-americano — um poder que visa oprimir o povo, é bom lembrar. Além do que, suas idéias são extremamente conservadoras. Ele ofereceu-se, inclusive, para ser intermediário entre o governo Reagan e o general Noriega, chefe do governo panamenho que vem sendo atacado pelos EUA. Importante notar: ele não opôs-se ao ataque, apenas ofereceu-se como intermediário.

CANDIDATO A CANDIDATO

Embora acusado de radical,

GORBACHEV NA IUGOSLÁVIA

O jornal albanês "Zeri i popullit" — "A voz do povo" — publicou em edição recente um artigo sobre a visita do dirigente revisionista Mikhail Gorbachev à Iugoslávia escrito pelo correspondente Shaban Murati, do qual transcrevemos trechos:

O secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética, Mikhail Gorbachev encerrou uma visita de cinco dias à Iugoslávia depois de intensas conversações com os dirigentes deste país. Uma declaração soviético-iugoslava, muito parecida com aquela assinada trinta anos atrás por Krushev e Tito, foi ratificada pelas duas partes. Desde sua chegada à Iugoslávia, o secretário-geral do partido soviético fez questão de reiterar, por diversas vezes, que sua visita era um prolongamento das anteriores conduzidas por Krushev e Brajnev.

No discurso pronunciado diante da Assembléia Iugoslava, Gorbachev declarou que apreciava "o papel e a grandeza de espírito" dos dirigentes responsáveis pela redação da Declaração de Belgrado de 1955 e da Declaração de Moscou de 1956, que, como ele afirmou, marcaram a reconciliação definitiva e pública entre os revisionistas kruschovistas e iugoslavos. Assim como Krushev no passado, Gorba-

tchew agora qualifica a Liga dos Comunistas Iugoslavos e a Iugoslávia de "companheiros de ideal", considerando a colocação de uma coroa de flores no túmulo de Tito não apenas uma homenagem formal a um ex-presidente da Liga, mas sobretudo uma "obrigação do partido soviético".

UNIDADE DE PENSAMENTO

Gorbachev, entretanto, não explica qual é essa dívida de honra soviética. Mas para qualquer pessoa que conheça melhor a história das relações entre a União Soviética e a Iugoslávia depois da II Guerra Mundial, fica claro que ele se refere ao apoio emprestado por Tito e Krushev no processo contra-revolucionário da restauração capitalista na União Soviética, durante os ataques da campanha de obscurcimento contra Stálin, e no esforço de aproximação com o imperialismo americano.

E, para fazer honra a esta obrigação, Gorbachev encontrou oportunidade para atacar Stálin e o Bureau de informação que denunciaram há 40 anos o revisionismo iugoslavo. O atual dirigente do Kremlin mais uma vez afirmou em público que segue a mesma via revisionista e antimarxista de Krushev, e que sua "perestroika" evidencia uma reconstrução não da ordem socialis-

E aí está o mais sintomático: não há quem aposte numa vitória do Partido Democrata no próximo 8 de novembro, quando serão realizadas as eleições presidenciais. É quase certa a vitória do republicano George Bush, atual vice-presidente de Reagan. E a certeza é tamanha que tem levado a um completo desinteresse do povo norte-americano pelas eleições. No último pleito, que reelegera Reagan, o comparecimento do eleitorado às urnas — nos EUA o voto não é obrigatório — já estava pouco acima dos 50%. E à burguesia ianque não interessa ver o seu candidato não vencer eleições com a participação de pelo menos a metade da população do país que se diz a maior democracia do Ocidente.

O SUCESSOR

E nisso, o "fenômeno" Jesse Jackson ajuda. Um negro na presidência dos EUA? É de deixar os integrantes da Ku Klux-Klan arrepiados. E pode trazer alguma ilusão no jovem eleitorado ianque. Ainda mais se o negro tiver, em seu passado, contatos com Martin Luther King, um líder da luta anti-racista assassinado em 1968.

Quando a candidatura Bush, essa vai de vento em popa. Toda a aparelhagem de Estado foi colocada a seu serviço. E o homem — coisa nova na política ianque — é o primeiro ex-diretor da CIA com chance de galgar a chefia do Executivo. Este sim, um dado que aponta para onde caminha a "demo-



Jackson com Galbraith (na foto acima) e Bush, o vice de Reagan

cracia" norte-americana: a direitização; o serviço de espionagem e de sabotagem internacional no comando da Casa Branca. E como disse o próprio Bush, durante sua campa-

nha: "Fiz um juramento, ao tomar posse na CIA, de proteger as fontes e os métodos dos serviços de informações, e nunca discutirei isso". (Carlos Pompe)

Panamá ameaçado

A Casa Branca reconheceu, dia 5, que prepara uma intervenção militar em Honduras para depor o general Manuel Antonio Noriega. No mesmo dia, mais 1.300 soldados foram enviados para o país centro-americano. Os EUA têm naquele país a sede do seu Comando Sul, com 10 mil homens permanentemente aquartelados no canal. E estão desenvolvendo manobras bélicas, atualmente, sem autorização do governo.

Uma ação proletária

Uma importante vitória política contra a selvageria fascista do governo do general Pinochet. "Acción Proletária", o órgão central do Partido Comunista Chileno (Ação Proletária), chegou ao seu número 100. O jornal surgiu em novembro de 1979, como instrumento de criação do partido. Como afirmou seu editorial, "Acción Proletária" forneceu ao longo desses anos "ferramentas ideológicas fundamentais para fazer frente ao fascismo e ao capitalismo, aos revisionismos de distintos matizes e ao imperialismo das superpotências (EUA-URSS)".

Operários lutam...

Os sindicatos bolivianos iniciaram dia 5 mobilizações e greves em todo o país, protestando contra o aumento no preço dos combustíveis e contra um projeto governamental de transferir para as prefeituras a administração dos serviços públicos de educação e saúde. As medidas fazem parte da Nova Política Econômica, preconizada pelo governo de Paz Estenssoro, que tem um profundo caráter anti-operário. O subsecretário do Interior, Eduardo Pérez Beltrán, ao saber dos protestos operários, disse que o governo poderá decretar estado de sítio para melhor reprimir os protestos populares e evitar o "clima de convulsão social".

...só Cardoso não viu

...mas não foi isso o que viu o direitista ex-deputado brasileiro Sérgio Cardoso de Almeida, que visitou a Bolívia durante a Semana Santa. O ex-deputado, um latifundiário ligado aos interesses imperialistas, disse que ficou "maravilhado" com o que ele chamou de "união nacional" boliviana em torno da política econômica de Estenssoro — política recomendada pelo FMI. Ele quer que as medidas impopulares adotadas na Bolívia sejam também impostas aos trabalhadores brasileiros. Na Bolívia ele esteve com empresários e senhores de terras. Ficou o mais longe possível de qualquer pessoa que cheirasse a povo. Por isso não ouviu os protestos contra Estenssoro.

Faltou ética

"Crime de rico a lei encobre", diz a canção "A Internacional", hino dos comunistas de todo o mundo, composta no século passado. Às vésperas do ano 2.000, nos EUA — a principal potência capitalista do século — é confirmado o texto do hino. Todos os implicados no escândalo Watergate — que derrubou o presidente Nixon do poder nos anos 70 — estão ganhando fortunas e tendo prestígio na sociedade ianque. O caso mais recente é o de Jeb Stuart Magruber, que chegou a ficar sete meses na prisão por obstruir a ação da Justiça na época. Pois no mês passado ele foi nomeado chefe da Comissão Municipal — pasmem — de Ética de Columbus, capital de Ohio. É a justiça de classe!

Pressão contra jornal

Miguel Angel Caballero Figun, diretor do jornal "La República", denunciou que o governo do general Stroessner está ameaçando a gráfica que imprime esse órgão de imprensa oposicionista. Ao tentar tirar os 5 mil exemplares de março da gráfica, foi informado que o governo havia ameaçado fechar a empresa se ela continuasse a imprimir o jornal. "Isso equivale, na prática, a uma ordem de fechamento do jornal", denunciou Caballero Figun.

Campeões de audiência?

Os responsáveis pelas manifestações contra o domínio russo na Armênia são "as nações capitalistas do Ocidente". A surpreendente revelação é do jornal "Pravda", órgão oficial do governo soviético. "Os distúrbios foram instigados pela rádio britânica "BBC" e pelas emissoras norte-americanas "Voz da América" e "Rádio Liberdade", afirmou o jornal. Sem entrar no mérito das manifestações que envolveram milhões de pessoas, o governo de Gorbachev acusa as emissoras, que devem ter uma audiência superior à da Rede Globo no Brasil, já que conseguem organizar inclusive uma greve geral!

O irônico é que Gorbachev, no seu livro "Perestroika", diz que os países ocidentais deveriam parar de acusar Moscou pelos protestos que ocorrem em suas cidades e fábricas, e atender às reivindicações operárias para pôr fim aos motivos dos protestos...

Um namoro entre capitalistas



Gorbachev e Raisa em Belgrado: paz com traidores do marxismo

ta, mas da ordem capitalista restaurada na União Soviética, sob a mesma das empreendidas anteriormente pelos pais do revisionismo moderno. "Em nossas conversações com a Iugoslávia", estima o dirigente revisionista, "estamos prestes a andar mais longe do que propunha inicialmente a direção iugoslava". A declaração de Gorbachev se seguiu à entrevista com Moisés, segundo o qual "a União Soviética e a Iugoslávia têm a mesma opinião sobre a situação atual que prevalece no mundo e que as duas políticas externas são coincidentes" exprimiria uma nova tomada de posição da Iugoslávia na arena internacional? Esta é uma questão que somente o tempo poderá responder.

PERESTROIKA E AUTOGESTÃO

Como não se poderia esperar outra coisa, Gorbachev falou

muito na Iugoslávia sobre a "perestroika" enquanto os iugoslavos lhe mostraram o exemplo da autogestão. Não se sabe ainda ao que a "perestroika" e a "glasnost" conduziram, mas sabe-se muito bem os resultados da autogestão na Iugoslávia. Os hóspedes de Gorbachev acentuaram mais do que ele a analogia existente entre a "perestroika" e a autogestão.

Ao que tudo indica eles se esforçam para assim proceder em função das suas afinidades, mas também para elevar a um patamar mais elevado o prestígio da autogestão, atualmente sendo criticada na própria Iugoslávia como um dos fatores responsáveis pela crise no domínio econômico, das imensas dívidas externas e do desemprego, e da crise nacional.

A propaganda iugoslava tenta explorar a visita de Gor-

bachew para aumentar sua importância, apresentando-a num plano totalmente positivo.

Naturalmente, cada Estado tem o direito de escolher e determinar as alianças e as amizades. Mas quando se trata das superpotências como os Estados Unidos e a União Soviética, que constituem os principais fatores de tensão e de conflitos internacionais, talvez as coisas caminhem de forma diferente. A União Soviética, tem grandes interesses imperialistas não somente nos Balcãs, mas no mundo inteiro. Ela se esforça para encontrar atualmente os meios e as formas para concretizar seus interesses. Mas a ingerência, não importa sob que forma, das superpotências nos assuntos balcânicos não é um bom agouro.

Tudo novo passo e ato da política soviética nos Balcãs não está dissociado de sua estratégia global imperialista no continente europeu e no mundo inteiro. Neste contexto é difícil prever que as consequências e implicações da visita sejam apenas nos Balcãs. A retórica "pacifista" de Gorbachev, apesar das belas e pomposas palavras, não irão reforçar a paz em nenhuma região e conseqüentemente não calarão a opinião pública, especialmente a balcânica, a europeia, ou mesmo a internacional.

HUNGRIA

Dirigente revisionista dá razão ao FMI

"A única opção era e continua sendo a recessão". Parece coisa do Fundo Monetário Internacional, mas não é. A observação foi feita pelo vice-primeiro-ministro da Hungria, Jozsef Marjai (membro de um partido que se diz comunista), a respeito da grave crise econômica em que seu país está atolado.

Um palpite infeliz, diga-se de passagem, pois recessão nunca representou solução para coisa alguma, qualquer que seja o país onde se manifeste é sempre um sinônimo de crise. De qualquer forma, um palpite de fazer inveja aos mais ortodoxos ideólogos do capitalismo.

Os dirigentes da Hungria, entretanto, ainda consideram o modo de produção vigente no país como socialista, procuram disfarçar seu caráter capitalista. Trata-se de uma tergi-

versação que a realidade desmente de forma vigorosa.

Cerca de 150 mil empresas privadas atuam livremente na Hungria. O direito de explorar mão-de-obra alheia é assegurado. Existem pelo menos 60 empresas criadas através de associações com o grande capital estrangeiro de 19 diferentes países.

A comunidade financeira internacional também extrai polpidos lucros da economia húngara, através dos juros de uma dívida externa que o jornal "Folha de São Paulo" estimou em 17 bilhões de dólares. Novas medidas flagrantemente capitalistas foram adotadas recentemente pelo governo revisionista, entre a instituição de um Imposto sobre a Renda dos assalariados, instalações de uma bolsa de valores e outros.

A inflação no país atingiu 15% somente nos primeiros

meses deste ano. E o governo pretende acabar com o controle de preços sobre uma série de produtos, o que elevará ainda mais o nível dos preços. A população protesta de forma vigorosa contra a degradação da vida no país. No dia 15 de março cerca de 10 mil pessoas fizeram uma manifestação contra o governo na praça central de Budapeste, capital do país.

Os dirigentes húngaros reconheceram que o partido revisionista no poder "e seus órgãos executivos, o governo e suas instituições, todos somos responsáveis pela crise". Eles temem a insatisfação crescente dos trabalhadores, mas aceitam com medidas econômicas que aprofundam ainda mais o capitalismo dependente do país. Torna-se evidente que somente uma revolução socialista poderá tirar o país da lama em que foi mergulhado pelos revisionistas.

Há recessão no socialismo?

O socialismo comporta fenômenos como estagnação e recessão?

Diz o senhor Gorbachev que sim, que o socialismo não está a salvo das crises econômicas. Alguns insinuam até que as crises são sintomas de um "socialismo moderno, avançado". E outros, ainda, asseguram que elas são saudáveis, constituem indicadores econômicos positivos. Afinal, papel aceita tudo. Mentira, ainda que descarada, é um produto muito negociado no mercado mundial e em especial na URSS de hoje.

Na verdade, a concepção de socialismo exibida por Gorbachev não tem nada a ver com as idéias de Marx, Engels, Lênin e Stálin a respeito. Não é uma concepção marxista-leninista. Ele classifica a URSS — e aos países do Leste Europeu

sob sua órbita — como socialistas e, conseqüentemente, acha que a grave crise econômica desses países é uma crise característica do socialismo. No entanto, tais nações não são socialistas. Padecem de crise tipicamente capitalista.

O socialismo não conhece crise econômica, estagnação ou recessão. O crescimento econômico ininterrupto é uma lei sob o novo sistema social. Não se trata apenas de uma idéia romântica, mas de um fato comprovado pela experiência da URSS (na época de Lênin e Stálin) e, hoje, pela Albânia. A concepção de Gorbachev e outros revisionistas é de tipo social-democrata e apresenta fenômenos próprios (muitas vezes exclusivos) do capitalismo como socialistas, com a finalidade de enganar e iludir as massas trabalhadoras.

PC do B

Às vésperas do registro definitivo

O Partido Comunista do Brasil — PC do B — em agosto do ano passado, se viu diante de uma encruzilhada: esperar pela decisão da Assembléia Nacional Constituinte a respeito da legislação partidária ou tocar em frente, dentro das atuais normas arbitrárias e restritivas que regem a vida dos partidos, os trâmites necessários para o registro definitivo deste que é o partido mais antigo em atividade no país. Na ocasião, percebendo a morosidade com que se desenvolviam os trabalhos constituintes, resolveu desencadear um grande esforço nacional para vencer a etapa final do processo de legalização partidária.

Do ponto de vista do partido, esta verdadeira corrida contra o tempo, permeada de vários obstáculos legais, encerrou-se no domingo passado, dia 4 de abril, no auditório Nereu Ramos do Congresso Nacional em Brasília. Lá, realizou-se a Convenção Nacional do partido, com a participação de delegados de todos os Estados da Federação. Cumpriu-se, assim, mais uma das exigências da legislação, coroando um calendário de intensa atividade de filiação e de organização do PC do B, mas que não se encerra aí. A lei impõe que os partidos estejam constituídos ao menos em 20% dos municípios de no mínimo 9 Estados. Os comunistas completaram esse trabalho

em 11 unidades estaduais mas continuam desenvolvendo as filiações em todo o país.

RECEPTIVIDADE POPULAR

A Convenção Nacional constatou de forma viva, através dos depoimentos dos convencionais dos diversos Estados presentes, que a surrada tese de suposto sentimento anticomunista do povo brasileiro efetivamente não passa de uma balela. Se houve, no início da campanha de filiação, uma certa preocupação de que o coletivo partidário pudesse cumprir suas tarefas a contento, o resultado final evidenciou uma grande receptividade por parte do povo em todos os lugares onde foi possível um comunista chegar com as propostas do partido, seus Programa e Estatutos e uma ficha de filiação.

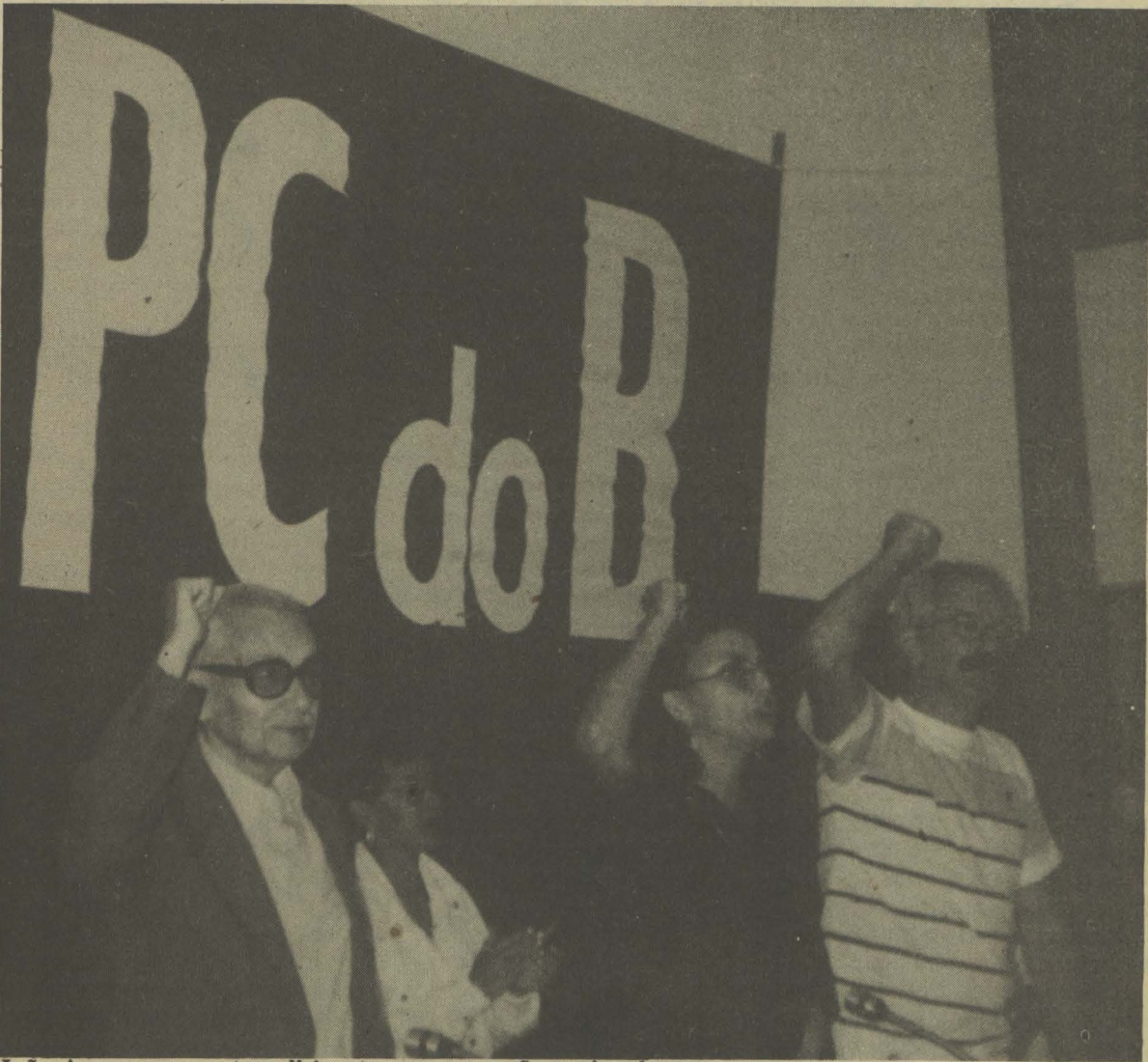
Dynéas Aguiar, secretário-geral do PC do B, responsável na Direção Nacional pela organização da Convenção, viu no acontecimento um sinal de vitalidade do partido. “Afim”, diz ele, “tratava-se de uma tarefa de grande envergadura para ser completada num prazo relativamente curto. Todos os camaradas, dirigentes regionais, as direções intermediárias, até às bases, se empenharam, e o partido atingiu suas metas em onze Estados, realizando suas convenções

municipais e regionais, permitindo o desfecho nesta Convenção Nacional. Os demais Estados, entretanto, continuam em campanha, promovendo o enraizamento do partido principalmente junto à classe operária e aos camponeses”.

CONQUISTA DEMOCRÁTICA

Todos os oradores durante a Convenção destacaram a conquista do registro não como uma vitória meramente partidária, mas fruto das gigantescas jornadas democráticas que se desenvolveram no país nestes últimos tempos. Apesar de todas as tentativas das forças conservadoras no sentido de conter os comunistas num círculo fechado e também de outros tantos que não vêm importância na atuação legal dos comunistas, o PC do B vai firmando sua legenda e sua organização, aproximando-se celeremente dos 100 mil filiados com diretórios instalados em quase mil municípios do país.

Na segunda parte da reunião, o presidente nacional do partido, João Amazonas, fez uma avaliação do quadro político destacando a necessidade de se intensificar a luta pela realização das eleições em novembro de 1988. Segundo ele, os comunistas deverão lançar candidatos no maior número



João Amazonas e outros dirigentes na convenção nacional

possível de municípios, apesar de que a posição definitiva do partido somente poderá ser aprovada com o estabelecimento das regras eleitorais,

ainda objeto de discussão no Congresso Nacional e na Constituinte.

Computados os votos dos convencionais, a Convenção

aprovou por unanimidade o Programa do partido e a nova composição de seu diretório nacional.

(Pedro de Oliveira)

ABI

80 anos bem vividos

No último dia 7 deste mês foram comemorados os 80 anos de fundação da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), entidade que já prestou inestimáveis serviços à causa da democracia em nosso país. A ocasião foi comemorada com uma solenidade na sede

da entidade, no Rio de Janeiro.

João Amazonas, em nome da direção nacional do PC do B, enviou ao jornalista Barbosa Lima Sobrinho, presidente da ABI, telegrama de congratulações. O texto diz, entre outras coisas: “sob a sua presidência, nome, respeitado em

tudo o país, a ABI prossegue exitosamente a marcha empreendida há várias décadas junto com o povo na defesa da liberdade de imprensa, dos direitos democráticos, e dos mais altos interesses nacionais”. A redação da TO também enviou telegrama de felicitações.

ELEIÇÕES MUNICIPAIS

Comício em Porto Alegre

No último dia 6 realizou-se na prefeitura de Porto Alegre uma reunião com a presença de vários partidos, entre eles o PC do B, PSB e PT, e do prefeito Alceu Colares, tendo como objetivo a convocação de um comício pelas diretas em 88 e pela manutenção das eleições municipais marcadas para novembro. O ato ficou marcado para o dia 22 deste mês.

Na manhã do dia 7 um ato público na Assembléia Legislativa aprovou um manifesto

de apoio às bandeiras políticas citadas acima. Assinaram 52 dos 55 deputados estaduais. Entre os três que não assinaram está o líder do governo estadual, deputado Cesar Schimer.

Por iniciativa da vereadora Jussara Cony, do PC do B, formou-se uma comissão dos partidos políticos, incumbida de articular a preparação do comício junto à Câmara Municipal e à Assembléia Legislativa — e ambas as Casas já

manifestaram apoio político e material ao evento. Já foi marcada também uma reunião de entidades e sindicatos, inclusive CUT e CGT, para cuidar dos preparativos. O manifesto aprovado no dia 7, e uma moção assinada por todos os 33 vereadores da Câmara Municipal, também por iniciativa da vereadora Jussara Cony, estão sendo divulgados para todas as câmaras de vereadores do interior, convidadas a engrossar o apoio ao ato do dia 22.

SALÁRIOS

Cresce a exploração

A taxa de exploração da classe operária brasileira é uma das mais elevadas em todo o mundo. Isto ficou mais uma vez patente no levantamento realizado pelo Departamento de Trabalho dos Estados Unidos sobre o custo da mão-de-obra para as empresas ianques com investimentos no exterior.

Nosso país só fica na frente do México. O custo da força de trabalho por hora é, aqui, de 1,49 dólar, enquanto na Noruega chega a 17,58 dólares (11,8 vezes mais alta) e nos Estados Unidos chega a 13,46 dólares (nove vezes mais cara em comparação ao Brasil). No

México o custo, mais baixo, é de 1,37 dólar.

Por aí se infere também sobre os altos lucros obtidos pelas multinacionais estrangeiras por aqui. Eis o quadro sobre custo de mão-de-obra, em dólar/hora, divulgado pelo Departamento do Trabalho dos EUA:

Noruega	17,58
Suécia	17,06
Alemanha Ocidental	16,83
Suécia	15,14
Dinamarca	14,49
EUA	13,46
Brasil	1,49
México	1,37
Outro fato que o quadro	

evidencia é a redução relativa dos salários norte-americanos, onde o custo da mão-de-obra por hora é o mais baixo entre os demais países, com a exceção do Brasil e México. Chega a ser 23,5% inferior ao da Noruega, 21,2% menor que na Suíça e -20% em comparação com a Alemanha Ocidental.

Isto traduz uma das consequências da queda vertiginosa do dólar diante das moedas dessas nações, que empobrece a classe operária americana, bem como o arrocho direto dos salários que vem sendo imposto durante os últimos anos ao país.

JUVENTUDE

Encontro latino-americano

Nos dias 1, 2 e 3 deste mês, foi realizado em Curitiba o II Encontro Latino Americano de Juventudes Partidárias. Juventudes do Brasil, Uruguai, Paraguai, Argentina, Chile, Venezuela, Equador, Colômbia, Bolívia, Peru, Costa Rica, Nicarágua, além de Suécia e Alemanha como observadores, participaram do evento. Representantes de 32 movimentos estiveram presentes. A proposta inicial de carta

de princípios, apresentada pelos jovens ligados ao PMDB e à União Cívica Radical, da Argentina, deixava de lado questões essenciais como o combate ao imperialismo norte-americano e ao militarismo. E ainda continha uma suspeita declaração contra a violência e o terrorismo, não se sabia com que alvo.

A UJS, que participou do encontro, interferiu para que

fosse possível aprovar, por consenso, uma declaração geral mas de caráter progressista.

Ficou acertada uma outra reunião, no começo do ano que vem, para discutir formas mais claras de participação das juventudes na solução dos problemas mais graves dos povos desta região. Até lá serão trocadas informações e opiniões entre os diversos movimentos.



Líderes de todos os partidos tentam chegar a um acordo para garantir o pleito

ELEIÇÕES MUNICIPAIS

Projeto de emergência

Enquanto a Assembléia Nacional Constituinte se arrasta, morosamente, na votação do capítulo referente ao Poder Judiciário, sem perspectiva de aprovação e avanços significativos nesta questão, um outro assunto está dominando as atenções dos deputados e senadores: as eleições municipais previstas para o próximo 15 de novembro.

Com o objetivo de barrar definitivamente as manobras prorrogacionistas que visam adiar a essas eleições, insinuadas pelo Planalto, algumas iniciativas estão sendo tomadas. A primeira delas é um Projeto de Decisão, apresentado à Mesa da Constituinte, subscrito por 436 constituintes, confirmando as eleições municipais em 15 de novembro e determinando que elas sejam realizadas com base na legislação vigente, de acordo com regulamentação a ser baixada pelo Tribunal Superior Eleitoral.

O PROJETO

O Projeto de Decisão precisará ser votado e aprovado pela maioria absoluta dos constituintes, o que não é fácil, na medida em que o presidente Ulysses Guimarães não tem colocado em votação praticamente nenhum projeto de decisão. Mas mesmo antes da votação, a medida tem um caráter político importante e de propaganda, para afastar as manobras prorrogacionistas.

ERRATA

Os deputados goianos Maguito Vilela e João Natal votaram no parlamentarismo e são do PMDB. Na edição passada, equivocadamente, noticiamos que seriam do PDC e presidencialistas.

(Moacyr de Oliveira Filho, de Brasília)



Os ministros da Fazenda e Planejamento anunciam o pacote, que vai agravar ainda mais a crise econômica.

SUSPENSÃO DA URP

Uma receita do FMI

Sob o pretexto de combater o déficit público, o governo Sarney congelou por dois meses os salários dos trabalhadores das estatais, funcionários da administração direta, autarquias e fundações vinculados aos três poderes e servidores do Distrito Federal e dos Territórios. O pacote anunciado (ao lado da suspensão da URP estão previstas outras medidas) foi imposto pelo FMI e agravará ainda mais o estado de recessão econômica no país.

De imediato, com a inflação na casa dos 20% ao mês (veja matéria a respeito nesta página), os salários dos trabalhadores atingidos (mais de um milhão de pessoas) acumularão nos dois meses uma defasagem de 44% em relação aos preços, configurando uma perda do poder aquisitivo da ordem de 31%. As URPs que deveriam receber no período, de 16,19% cada, somam 35%, ou seja, os salários ainda assim sairiam perdendo, mas o prejuízo seria menor. A título de compensação, foi instituído um abono, aos que ganham até cinco salários, cujo valor, correspondente a 25% do Salário Mínimo de Referência (ou, hoje, Cz\$ 1.233) é simplesmente ridículo em comparação com os prejuízos impostos aos funcionários.

“Esta é uma medida que vai deixar o servidor público sem condições de sobreviver”, ressaltou o presidente da Federação dos Servidores Públicos do Brasil, José Libório Pimentel.

ECONOMIA

Cai a produção industrial

Uma nova, e acentuada, queda da produção industrial brasileira foi constatada pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE, em fevereiro. Houve um declínio de 1,5% em relação a janeiro, configurando o pior resultado dos últimos 26 meses. A indústria de transformação, que regrediu 1,8% em relação a janeiro, chegou ao mesmo nível de fevereiro de 1986 (há dois anos).

Se considerada em relação ao mesmo mês (fevereiro) do ano passado a queda registrada pelo IBGE foi de 8,7%. Isto faz com que nos últimos 12 meses a produção industrial revele um declínio de 1,8%. Entre os 25 setores pesquisados pela instituição, apenas dois, transporte e indústria extrativa mineral — tiveram resultados positivos, em decor-

INFLAÇÃO

Passando a barreira dos 20%

A inflação deverá superar a barreira dos 20% já em abril, conforme as projeções correntes inclusive dentro do próprio governo. O INPC de março, de acordo com informações preliminares do IBGE, foi de quase 20% contra os 16,01% do IPC. A metodologia utilizada nos dois índices é semelhante, a única diferença relaciona-se ao período de coletas de preços. Enquanto o IPC mede a variação entre os dias 16 do mês anterior ao dia 15 do mês seguinte, o INPC mede

SÓ O COMEÇO

Tudo indica, porém, que a medida, apesar do seu alcance, significa só o começo de uma tomada de decisões políticas e econômicas contra os trabalhadores e o conjunto do povo brasileiro. O governo já anunciou, por exemplo, outros cortes (de Cz\$ 910 milhões) nas despesas públicas, que atingirão principalmente as estatais; novos incentivos às exportações; aceleração do processo de privatização e várias iniciativas que resultarão num aprofundamento da crise política e econômica.

No que diz respeito à URP do setor público cabe ressaltar que após os dois meses de congelamento não haverá reposição. Esta só poderá ser negociada nas datas-bases, sendo que os acordos coletivos ficam sujeitos a restrições, destinadas a impedir recomposição de perdas passadas e melhorias nos níveis de vencimentos.

Ficou evidenciado que a medida foi um ensaio para eliminar a URP também no setor privado da economia. Com efeito, os governantes estão agora falando na possibilidade do retorno dos reajustes semestrais para todos os assalariados.

O DEDO DO FMI

O ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, tentou dourar a pílula argumentando que o pacote visa “evitar o colapso das finanças públicas, a hiperinflação e a desorganização da economia”. E mais, que “o fundamental é recupe-

rência do crescimento da extração de petróleo, gás natural e carvão mineral — este último um setor que enfrentava greves em fevereiro de 1987.

Significativo, ainda, é que os setores que apresentaram maior queda são aqueles cuja produção orienta-se basicamente para o mercado interno. A indústria de alimentos, por exemplo, caiu 5,9% em relação a janeiro, as bebidas 5,4%, os minerais não-metálicos, 4,3%.

Verifica-se que o avanço da recessão é indiscutível. Mais que isto, porém, que é uma tendência que deriva diretamente do arrocho salarial imposto aos trabalhadores. A atual política econômica do governo ditada na verdade pelo FMI e os banqueiros estrangeiros, acentua o processo de desaceleração da economia.

as flutuações do dia 1º ao dia 30.

Logo, impõe-se a conclusão de que se verifica uma aceleração das altas a partir da segunda quinzena de março. Outros dados disponíveis também indicam isto. As carnes bovinas foram reajustadas em 40% (de segunda) e 100% (de primeira); aves, suínos e ovos sofreram aumentos médios de 100%; leite e derivados, 19 e 25%; vestuários, até 400%; passagens de ônibus, 43% em média; tarifas públicas (energia, telefone e outras), 17 a

rar a capacidade de poupança do país e aquecer a economia”.

Nada disto tem a ver com a realidade. Em primeiro lugar, é público e notório que o desarranjo das finanças públicas não é provocado pelos salários, mas sim pelas dívidas externa e interna. As migalhas decorrentes da suspensão da URP (pois são verdadeiras migalhas quando comparadas ao que se paga de juros aos agiotes estrangeiros) não aliviarão o déficit público.

Da mesma forma, a cantilenada de que salário provoca inflação sempre foi desmentida pelos fatos, como comprova a história do país nos últimos anos. Finalmente, ao contrário de “aquecer a economia” o arrocho sobre o funcionalismo significa, isto sim, colocar mais lenha na fogueira da recessão. Conforme mostra o levantamento do IBGE (leia a respeito nesta página) a queda da produção industrial deve-se basicamente ao acentuado declínio do mercado interno provocado pelo arrocho salarial.

O caráter das medidas adotadas ficam patentes quando se considera que elas foram impostas diretamente pelo Fundo Monetário Internacional. Assesores da área econômica do governo Sarney reconheceram que se não tivessem sido adotadas iniciativas do tipo enfim anunciadas (suspensão da URP) seria impossível chegar a um entendimento com o FMI, entendimento, contudo, que culminará, como até hoje tem ocorrido, num empobrecimento ainda maior do povo e da nação brasileira.

Isto traduz um empobrecimento maior do país, que o coloca ainda num nível relativamente mais atrasado em relação às nações mais desenvolvidas e, especialmente, agrava as condições de vida dos trabalhadores e de todo o povo brasileiro.

A queda da produção teve reflexos, também, sobre os pedidos de seguro-desemprego por parte dos trabalhadores, que aumentou 40% em janeiro sobre dezembro do ano passado, conforme informações do Ministério do Trabalho. Nada menos que 101.176 assalariados requisitaram o benefício que, porém, não foi concedido a todos. Desde sua instituição, cerca de 900 mil pedidos de seguro-desemprego foram aprovados pelo Ministério do Trabalho. Um indicador insofismável do crescimento do nível de desocupação no país.

27%; anuidades escolares, 300%; arroz e feijão, 40%; táxi, 43%.

Isto vem ocorrendo apesar do estado de recessão econômica e das dificuldades decorrentes para o comércio dar vazão às suas mercadorias. Um dos fatores que influenciou no crescimento do ritmo inflacionário foi o boato sobre congelamento, em certa medida incentivados pelo próprio governo. Os dados são preocupantes. Indicam que o país caminha mesmo na direção de uma hiperinflação.

CASO NAHAS

O delírio das Bolsas

Altas e baixas de cotações tão espetaculares quanto tênues. Êxtase ou amargura durante os pregões. Ganhos e perdas monumentais em alguns minutos. Uma disputa áspere entre a direção da Bolsa de Valores de S.Paulo e um máxi-especulador fez com que o mercado de ações brasileiro respirasse na semana passada um pouco do clima frenético e delirante que caracteriza os mercados futuros dos grandes centros financeiros internacionais.

A Bolsa queria exigir que o empresário Naji Roberto Nahas, conhecido internacionalmente pela ousadia com que realiza sucessivas transações com títulos se desfizesse de uma parte das opções que detém para a compra de milhões de ações Petrobrás-PP. Nahas recorreu à Justiça Federal e havia conseguido pelo menos até o dia 8, derrubar a exigência.

É importante saber o que estava envolvido na contenda. As opções nada mais são que uma aposta dupla. Um investidor que acredita na alta de um título compra o direito de adquiri-lo no futuro próximo a um preço pré-estipulado. Se a ação sobe de fato, a capacidade de fazer prognósticos dos compradores de opções costuma premiá-los com fortunas perto das quais os maiores prêmios pagos pela loteria parecem moedas de centavos.

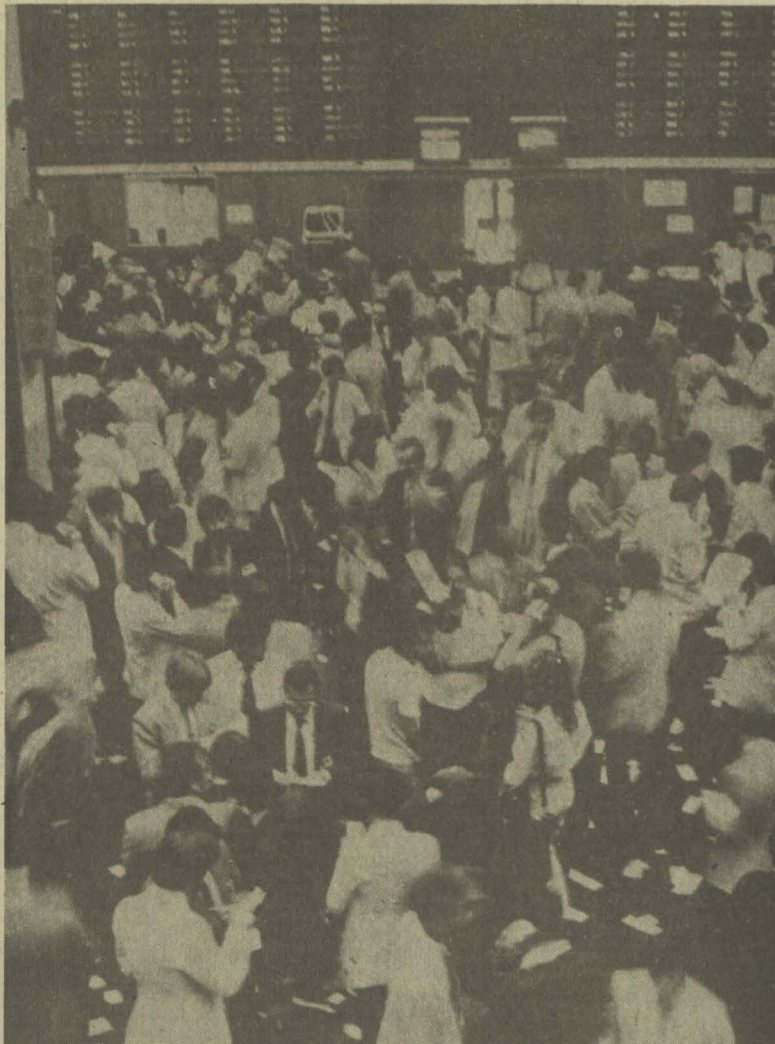
Nahas tornou-se um especialista neste tipo de jogo. E armou desde o início deste ano um plano que lhe deu o direito de comprar sozinho, no próximo dia 19, pelo menos 98,4 milhões de ações da Petro-

SÃO PAULO

Jânio aumenta a dívida

E assim caminha a dívida externa: no último dia 5 o prefeito de São Paulo, Jânio Quadros, foi autorizado a fazer empréstimos no valor de 57 milhões de dólares no exterior para a capital paulista. Conseguiu a autorização valendo-se do decurso de prazo — ou seja, os vereadores que apoiam Jânio não comparecem à sessão da Câmara, que assim sequer discute o motivo do empréstimo, e o assunto é aprovado.

Não é a primeira vez que Jânio vale-se dessa manobra para captar verbas no exterior. Numa outra oportunidade, também por decurso de prazo, foi autorizado a fazer empréstimos no valor de 450 milhões de dólares! No total, já foi dado o aval para dívidas de 714

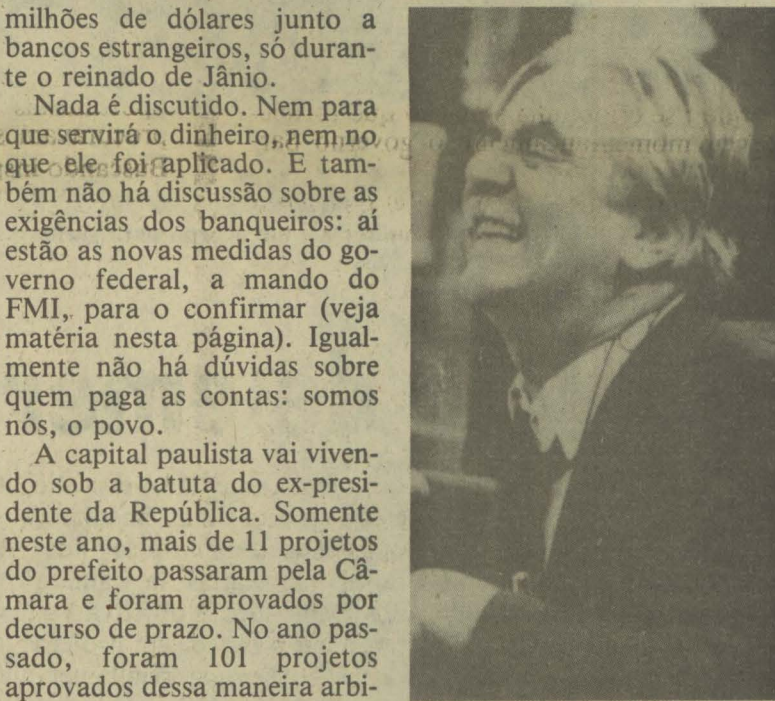


A vertigem das bolsas esconde a crise da economia.

brás, com lucro de cerca de Cz\$ 12 bilhões. O volume dos direitos em seu poder desequilibrou o mercado, simplesmente porque não há tal quantidade de títulos disponíveis. Na maioria dos casos, os vendedores de opções não têm as ações que prometem transferir.

O que menos importa é a forma através da qual será superado o impasse. O “caso

Nahas” ilustra, antes de mais nada, como as bolsas de valores tornaram possível a mágica de ganhar enormes somas num período de recessão econômica. Evidentemente, tais ganhos não têm base real. Mais cedo ou mais tarde, a bolsa despenca como um castelo de cartas, e as fortunas acumuladas em ações reduzem-se à sua expressão real: uma grande montanha de papéis.



O prefeito terá mais dólares

Avanço militarista

A aprovação do Conselho de Defesa Nacional pelo plenário da Constituinte, com os votos favoráveis de parlamentares do PDT e do PCB, representou mais um avanço do militarismo no Brasil. O Conselho de Defesa Nacional não passa de um sucedâneo piorado do famigerado Conselho de Segurança Nacional, responsável pela implantação no país da política arbitrária desenvolvida pelos militares. Política baseada na ideologia de segurança nacional gestada pela Escola Superior de Guerra.

A aprovação desse conselho agradou tanto aos militares, que o próprio chefe da Casa Militar da Presidência da República, general Bayma Denis, veio a público afirmar textualmente: “Foi aprovada a nossa proposta na forma do Conselho de Defesa Nacional”.

A bancada do PC do B apresentou um pedido de destaque, subscrito pelo constituinte Eduardo Bonfim, de Alagoas, com o objetivo de suprimir do texto esse conselho. Mas o destaque foi derrotado, com votação contrária inclusive do PDT e PCB, que gostam de se auto-intitular como partidos progressistas.

OPINIÃO PARLAMENTAR

HAROLDO LIMA LIDER DO PC do B NA CONSTITUINTE

O Conselho de Defesa Nacional mantém intacto o poder de influência militar sobre a vida política nacional. E em certa medida aprofunda esse poder, uma vez que sua composição é ainda mais militarizada. No atual Conselho de Segurança Nacional, os militares representam 20% dos seus integrantes. No conselho agora aprovado, a participação dos militares é de 50%. Como se isso não bastasse, dito conselho tem atribuições ainda maiores que o atual, já que cabe a

ele tomar medidas para garantir a defesa do Estado — um conceito genérico que pode servir para justificar qualquer ação adotada pelas Forças Armadas. O conselho representa a institucionalização da influência e do poder militar na vida política nacional.

Outro aspecto que precisa ser destacado é a duplicidade de funções entre o Conselho de Defesa Nacional e o Conselho da República — um órgão eminentemente civil que conta, inclusive, com a participação de representantes da sociedade. Agora as lideranças presidencialistas já começam a se movimentar visando resolver essa duplicidade suprimindo o Conselho da República no segundo turno da votação.

Essa intenção evidencia, mais uma vez, a estreita vinculação existente entre o presidencialismo e o militarismo. Ao invés de surgirem a supressão do Conselho de Defesa, órgão excessivamente militarizado, os presidencialistas atentam justamente contra o Conselho da República. A efetiva democratização do país só irá ocorrer com a liquidação do militarismo e da influência dos militares na política interna brasileira.

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

O papel do provocador

Um dos componentes essenciais da tática é uma correta apreciação da correlação de forças em cada momento. A tática cuida de como proceder, em cada situação, visando acumular forças, elevar a consciência e a organização dos trabalhadores, incorporar novos contingentes e, com isto, preparar o êxito do combate em torno dos objetivos maiores numa determinada etapa da revolução. Em contrapartida, um dos recursos utilizados pelas classes dominantes, é a atividade de provocadores, que atacam artificialmente um confronto antes que o povo esteja preparado.

DOIS CAMINHOS

Na questão da votação do sistema de governo, na Constituinte, este assunto estava muito presente. O parlamentarismo, ao permitir a queda do gabinete através de pressão das massas sobre o parlamento, é uma forma que proporciona o aprendizado político do povo. O presidencialismo, pelo contrário, ao concentrar imensos poderes no Executivo, é avesso à participação popular. E, nos momentos de crise política, dá maiores chances às intervenções golpistas dos militares.

Na situação criada, a aprovação do parlamentarismo significaria uma derrota contundente do governo Sarney e da oligarquia que o sustenta. E, pelo contrário, a manutenção do presidencialismo, representou um reforço do governo e uma ampliação dos poderes militares.

O episódio nos faz lembrar o exemplo do cabo Anselmo que, em 1964, numa conjuntura de grande agitação política, tratou de precipitar os acontecimentos provocando uma demonstração artificial de insubordinação dos marinheiros. A “radicalização” serviu de pretexto para reunificar os militares e justificar a quartelada de 1º de abril, para “garantir a ordem”.

A CONFISSÃO

Pois agora, um cidadão que goza de surpreendente cobertura dos meios de comunicação burgueses — o deputado petista José Genoino — confessou abertamente o caráter provocador do voto a favor do presidencialismo. “Entendemos que o presidencialismo permitiria uma radicalização do processo político”, declarou ele no jornal trotskysta “Convergência Socialista”. E ainda reconhece, desavergonhadamente, que “se criou uma situação que fortaleceu momentaneamente o governo Sarney”.

A quem interessa fortalecer o governo e provocar, nesta situação, uma radicalização política? Não foi casual a alegre comemoração de Sarney, dos generais e do que tem de mais reacionário no país. Não se sabe quanto custou o favorzinho. Há muito tempo atrás consta que um certo Judas recebeu 30 dinheiros. Mas dizem que tem gente que faz o mesmo serviço de graça — por convicção.

Presidencialismo e cinco anos não podiam ser separados. De forma como o processo se encaminhou, a oposição era entre cinco anos para Sarney com o presidencialismo e parlamentarismo com quatro. A tentativa de separar as coisas com o tal destaque para votar primeiro o sistema de governo e depois o mandato foi apenas uma enrolação barata.

OUTRAS AVENTURAS

Deve ter sido com esta mesma intenção de “radicalizar o processo” que esta gente tão valente tentou nos impingir Maluf — convidando os democratas a abandonarem a batalha da sucessão que, objetivamente se deu via Colégio Eleitoral. Deve ser também para “radicalizar” que eles defendem a divisão dos trabalhadores com o pluralismo sindical.

De qualquer modo, estas atitudes têm seu lado bom. O povo vai percebendo que os agentes da burguesia mudam de disfarce mas estão muito ativos. (Rogério Lustosa).

“Três fontes”, um libelo contra a ciência “neutra”

Comemoram-se este mês 75 anos da publicação, no jornal “Prosveschenie”, da grande obra de Lênin “As três fontes e as três partes integrantes do marxismo”.

A obra veio à luz num momento importante. No início da década de 1910, a luta do proletariado mundial encontrava-se em ascenso, acirravam-se as contradições imperialistas e, neste quadro de intensos embates de classes, levantavam-se em auxílio da burguesia os revisionistas da II Internacional.

Na Rússia havia se abatido sobre o proletariado uma repressão cruel, após a derrota da Revolução de 1905. Em 1912, porém, o movimento revolucionário entrara em ascenso, com a particularidade do proletariado russo seguir as palavras-de-ordem dos bolcheviques.

Era preciso ampla propaganda marxista

Com os setores mais conscientes do proletariado marchando junto ao partido de Lênin, tratava-se de elaborar uma intensa agitação e propaganda para espalhar no seio de todo povo esta influência revolucionária.

O partido bolchevique funda o seu jornal diário, o “Pravda”, e Lênin escreve inúmeros textos com o objetivo de propagandear as idéias marxistas para amplas massas. São dessa época, além das “Três fontes”, “Marxismo e Revisionismo”, “O conceito liberal e o conceito marxista da luta de classes” e “A quem beneficia”.

Unindo e intensificando o trabalho legal e o ilegal, visando as amplas massas, e coesionando política e ideologicamente as fileiras de seu partido, o proletariado revolucionário russo preparava-se para grandes batalhas.

A nível internacional, porém, os oportunistas da II Internacional procuravam solapar a revolução. Buscando inspiração do que havia de mais nefasto no campo das teorias burguesas, elaboravam inúmeras teses cujo objetivo principal era negar a doutrina marxista em seu conjunto.

Oportunistas pediam uma ciência “pura”

Bernstein, Forlauder, Max Adler, Frederico Adler, Bogdanov, Basarov e companhia, substituíam a dialética pelo ecletismo, pela teoria do desenvolvimento gradual, pela teoria burguesa do equilíbrio. Renegavam o materialismo de Marx e Engels, tentavam separar a filosofia do marxismo da teoria econômica e política que lhe dá fundamento. Ao desmembrarem as partes integrantes do marxismo, negavam sua principal característica, de ser uma teoria íntegra, única e monolítica.

E para dar um toque final contra-revolucionário, lutavam obstinadamente contra o caráter partidário da teoria científica, afirmando com base nas correntes burguesas que a ciência é “pura”, devendo

do estar acima das classes, “sem tomar partido”.

Sabemos que estas teses continuavam aparecendo até hoje. Em sua vã tentativa de negar a revolução, a burguesia e seus aliados sempre alegaram que o caráter partidário do marxismo o torna uma doutrina não científica, inadequada, ultrapassada e impotente perante os fenômenos da realidade.

A importância histórica de “As três fontes” reside precisamente no desmascaramento destas opiniões. Lênin inicia sua obra afirmando: “A doutrina de Marx suscita em todo o mundo civilizado a maior hostilidade, e o maior ódio de toda ciência burguesa, tanto oficial como liberal, que vê no marxismo algo assim como uma seita de malfetores. Não se podia esperar outra atitude, pois numa sociedade fundada na luta de classes não será possível haver ciência social imparcial.”

Cabe à nova teoria compreender o mundo

E vai fundo na polêmica. “Esperar uma ciência imparcial numa sociedade construída sobre a escravidão assalarial — diz ele — é de uma ingenuidade tão pueril como pedir aos burgueses para serem imparciais ao decidir sobre a conveniência de diminuir os lucros do capital para aumentar o salário dos operários.”

Ao expressar estas opiniões, Lênin na verdade resgatava idéias no mesmo sentido formuladas por Marx e Engels. Várias décadas antes da falsificação revisionista, eles tinham revelado, na “Ideologia Alemã”, o mecanismo através do qual as classes se relacionam com as idéias: “cada nova classe no poder é obrigada, quanto mais não seja para atingir seus fins, a representar o seu interesse como sendo o interesse comum a todos os membros da sociedade ou, exprimindo a coisa no plano das idéias, a dar a seus pensamentos a forma de universalidade, a representá-los como sendo os únicos razoáveis, os únicos verdadeiramente válidos”.

Em outras palavras, nega-se, em nome da objetividade, o conhecimento real e concreto da realidade. Toda ciência burguesa visa, em última instância, negar a necessidade da transformação social e servir de instrumento concreto de dominação.

Contra a ideologia que trabalha pela manutenção das estruturas sociais manifesta-se, em toda sociedade de classes, uma nova teoria, que aspira realizar a transformação progressista da sociedade exatamente por isso, esta teoria precisa estudar criteriosamente os fenômenos naturais e sociais, e desvendar as leis que os regem.

Assim é com o marxismo. Surgiu, como coloca Lênin em sua obra, como continuação direta e imediata da doutrina das maiores figuras da filosofia, da economia



O livro foi escrito em período de intensa luta de idéias, como hoje.

política e do socialismo. “O marxismo é o sucessor natural do melhor que a humanidade criou no século XIX — a filosofia alemã, a economia política inglesa e o socialismo francês. Estas são as três fontes que vão constituir as três partes integrantes do marxismo.”

Ao mesmo tempo, Marx e Engels negaram os limites que estas concepções apresentavam frente a novos descobrimentos científicos, e frente a novos problemas que a realidade de sua época propunha. Deram, portanto, um salto de qualidade, elevando o conhecimento humano a bases superiores. Esta foi a relação da teoria deles com a dialética de Hegel; com o materialismo de Feuerbach; com a economia política de Adam Smith e David Ricardo; com as teorias sociais utópicas de Fourier, Saint Simon e Owen.

A teoria marxista não pode ser entendida em apenas uma de suas partes. É completa e ordenada, encontra-se colocada em todo único. “É uma concepção intransigente com toda superstição, com toda reação e com toda defesa da opressão burguesa”, diz Lênin. Neste sentido, o marxismo tem caráter monolítico. Suas três partes — a filosofia materialista dialética, a economia política e o socialismo científico — encontram-se em um todo único.

Mas o marxismo não é sectário, porque não é uma doutrina fechada em si mesma, rígida, à margem

do desenvolvimento real da civilização mundial. Ao contrário, surge para responder os problemas concretos colocados pelo desenvolvimento da sociedade. E como método científico que revela, pressupõe o entendimento e a análise da realidade histórica. Nega, em seu caráter materialista e dialético, tanto a concepção absoluta e eterna das idéias, como toda relatividade de pura. Nega o historicismo. Por ter como fundamento a concepção histórica da matéria, tanto natural como social, em seu desenvolvimento e transformação, revigora-se como teoria no entendimento concreto da realidade concreta. Sem isso, deixa de ter vida, deixa de ser marxista.

O livro é atual e precisa ser lido

Lênin, neste magnífico texto, resgata e propaga a coerência interna da teoria marxista, e na exposição das três fontes e três partes coloca a indissolúvel ligação entre a concepção filosófica, o estudo necessário das leis econômicas da sociedade, e sua tendência de movimento a revolução social rumo à nova sociedade socialista, por necessidade também objetiva. Faz isto mostrando a teoria marxista como aquela que resgata a luta dos povos e sua consciência teórica através dos tempos.

Uma grande obra que não pode deixar de ser lida e estudada por aqueles que lutam sinceramente por transformações sociais de fundo em nossa época.

Grande arma na luta contra as teorias revisionistas atuais, que auxiliando de forma desnudada a burguesia, tudo fazem para espalhar no seio do povo o descrédito na revolução.

(Madalena Guasco professora de Filosofia).

Bibliografia:

“As três fontes e as três partes integrantes do marxismo”, Lênin, Obras escolhidas em doze tomos, tomo 5, Editorial Progresso, Moscou.

“A ideologia alemã — parte I, Karl Marx e Friedrich Engels, Editorial Presença, Lisboa, 1980.

“Compêndio da história da filosofia”, escrito por um grupo de historiadores do Instituto de Filosofia da Academia de Ciências da URSS, sob a direção do professor A. V. Scheglov. Publicado no Brasil em 1945 pela Editorial Vitória.



DE OLHO NO LANCE

Chame o ladrão!

“Está tudo de acordo com a lei”. Até agora este argumento servia para garantir a honestidade das atitudes das pessoas e entidades. Mas agora, revelando prodígios do governo Sarney, as coisas se invertem: “É corrupção mesmo, está de acordo com a lei!”

A CPI que apura os escândalos suspeita que foi montada uma verdadeira indústria de falências, dirigida, nada mais nada menos, pelo próprio Procurador-Geral da República, que tomou providências no sentido de congelar o passivo das empresas falidas. A partir daí, tornou-se um negócio da China pedir falência.

O beato Saulo Ramos arranhou também, segundo suspeita a CPI, decretos concedendo favores a empresas construtoras — com efeito retroativo. Calcula-se em cerca de 600 milhões de dólares o prejuízo causado aos cofres públicos.

Diante de tais desconfianças, qual a providência? O peso da lei, evidentemente. Afinal, “dura lex, sed lex”. Pois é, o senhor Procurador já providenciou um parecer considerando a CPI inconstitucional! Com isto fica assegurada a tranquilidade da família mineira. E, quem sabe até se eleja o ex-ministro Aníbal Teixeira para a prefeitura de Belo Horizonte.

PACTO SOCIAL

CGT e CUT conciliam

Em meio à mobilização nacional contra a ofensiva de arrocho do governo Sarney, as duas centrais sindicais brasileiras continuam embaralhadas em conversações inócuas com setores patronais e governamentais. Ao mesmo tempo em que falam em greve geral contra a extinção da URP, CGT e CUT insistem no contato com empresários e governantes na busca de um "pacto social" ou de um "acordo coletivo nacional".

Estas iniciativas dúbias têm gerado grande confusão entre os trabalhadores. Na prática acabam tendo uma função desmobilizadora, exatamente no momento em que é fundamental intensificar a luta dos assalariados. A ênfase na negociação, em detrimento da luta, tem se refletido em várias campanhas salariais dirigidas de forma branda e conciliadora por sindicatos vinculados a ambas centrais. Exemplo disso ocorre na campanha dos metalúrgicos do ABC paulista, com data-base em abril.

POSTURA DE DIREITA

No caso da CGT, a maioria direitista de sua Executiva Nacional não disfarça seus objetivos patronais. Falando sempre em nome da central, Antônio Magri e Luis Antônio Medeiros, expoentes do chamado "sindicalismo de resultados", vivem em conchavos de bastidores com a Fiesp (Federação das Indústrias), Federação do Comércio, Bolsa de Valores e com a ultra-reacionária Sociedade Rural Brasileira.

A última cartada desse setor apelegado da CGT é de participar de uma articulação promovida pelo governador de São Paulo, Orestes Quércia, que tem como objetivo apresentar a sugestão de um novo plano econômico ao governo Sarney. Segundo Medeiros, "este pode ser o caminho para o pacto social". Os dois "representantes" da CGT, juntamente com os líderes de várias entidades empresariais, já chegaram ao consenso sobre a maneira de reduzir o déficit público para "pagar a dívida externa". Entre as propostas, duas são bastante elucidativas: corte no número de servidores públicos e privatização das empresas estatais.

Essa conduta patronal inviabiliza qualquer possibilidade dessa corrente vir a se somar na luta contra o arrocho salarial. Na plenária sindical

paulista, realizada no último dia 30, Medeiros e Magri ainda tentaram se travestir de combativos, falaram em favor da greve geral e votaram na proposta da realização de uma assembléia intercategorias, no dia 7 de abril, para definir a forma de luta unitária contra a tentativa do governo de eliminar ou congelar a URP. Na prática, entretanto, nada fizeram para mobilizar suas bases. Ao contrário. Atacaram a manifestação unitária e preferiram ficar em conchavos com os patrões e o governador Quércia. Medeiros inclusive virou estrela do programa de TV do PFL, no dia 4, defendendo a harmonia entre capital e trabalho.

AÇÃO REFORMISTA

Já no caso da CUT, a proposta de sua direção nacional de promover um "acordo coletivo nacional" encontra resistência nas próprias bases, sendo taxada por inúmeros sindicalistas de "reformista e conciliadora". Segundo a versão oficial da central, o tal acordo seria elaborado pelos representantes dos trabalhadores, dos empresários e do governo e teria como fim "estabelecer um novo relacionamento entre o capital e o trabalho" — conforme explica Jair Meneghelli, presidente da CUT.

Mas não há consenso em torno da proposta. Existem pelo menos três posições entre os cutistas. Algumas correntes pregam o "acordo" como uma forma de elevar o nível das negociações coletivas no país. Segundo seus idealizadores, a assinatura desse acordo permitiria avançar nas negociações diretas como o patronato, reduzindo as áreas de atrito e possibilitando uma melhor convivência entre patrões e trabalhadores.

Gilmar Carneiro, presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo e integrante da Executiva Nacional da CUT, não camufla sua apavorante preocupação com a possibilidade de uma "convulsão social no país feita de maneira espontânea e explosiva pelas massas". Daí sua proposta de "acordo coletivo nacional" como forma "mais civilizada de relacionamento no capitalismo moderno, a exemplo do que ocorre na Europa".

Esses setores sonham com o dia em que serão introduzidos no Brasil mecanismos "civili-

zados" para suavizar as contradições de classe, como o arbitramento e os acordos em separado por empresas. O projeto é nitidamente reformista, ao estilo da social-democracia européia. Também não leva em conta que a situação dos países dependentes, como o Brasil, é bem diferente da dos países industrializados da Europa, onde ainda é possível à burguesia distribuir algumas migalhas para a aristocracia operária, dificultando assim a explosão de conflitos.

TÁTICA EQUIVOCADA

Outros setores cutistas enxergam na proposta de "acordo coletivo nacional" uma tática para colocar o governo na parede e desmascarar o discurso liberal dos empresários. Segundo Meneghelli, "nós estamos propondo o acordo, mas sabemos antecipadamente que o governo e os patrões vão rejeitá-lo. Desta forma, mostramos que não somos inflexíveis e que eles é que não têm nenhum compromisso com o povo".

Essa visão também é totalmente descabida. Causa um grande prejuízo à luta dos trabalhadores, porque gera ilusões e confusões. Isto porque atualmente não há porque tentar negociar com este governo, totalmente desgastado e inteiramente alinhado com as forças de direita da sociedade. Qualquer tentativa de negociação só dá mais fôlego para Sarney. O que está colocado na ordem do dia é a luta decidida para pôr abaixo o governo Sarney e para conquistar as eleições diretas em 88.

Por último, alguns setores da CUT condenam com veemência a proposta do "acordo nacional". Conhecedores dos bastidores cutistas, afirmam que por trás dessa proposta há o objetivo disfarçado de promover um "pacto social", que teria como intento frear as lutas dos trabalhadores e possibilitar um acordo para dar maior estabilidade ao capitalismo.

A disputa no interior da CUT é visível. No entanto, o que predomina até agora é a versão oficial da direção da central. Esta tem um conteúdo claramente conciliador e uma tática desmobilizadora. Serve apenas para evidenciar a crise das centrais sindicais brasileiras, que não estão à altura das necessidades dos trabalhadores. (Altamiro Borges)



Populares armaram barracas no local — um terreno baldio que servi de pasto para gado

CAMPINAS

Famílias ocupam terras

Na noite do último dia 31 de março, o Movimento de Defesa da Moradia Popular ocupou 60 hectares de terras na periferia da cidade de Campinas, interior de São Paulo. Até a semana passada, já se contavam 3.500 famílias instaladas no terreno, segundo um dos coordenadores do movimento, Sérgio Benassi, presidente municipal do PC do B. Na realidade, são 6 mil as famílias cadastradas na região, com o objetivo de pressionar as autoridades governamentais para a construção de moradias populares aos mais carentes, bem como lutar pelo congelamento dos aluguéis.

Com estas tarefas pela frente, formou-se uma coordenação de representantes de 17 núcleos e pessoas interessadas, que se colocou em campo para estabelecer negociações a nível municipal, estadual e federal para a concessão de terrenos

públicos para a construção de casas populares.

A resposta destes órgãos foi fria: faltam verbas! No entanto, todo o mês, são descontados 8% dos salários dos trabalhadores para o Fundo de Garantia, supostamente organizado para a construção de moradia popular. É nisso que os ocupantes baseiam-se para enfrentar as medidas jurídicas

que virão por parte do ministério público para promover a desocupação do terreno que atualmente serve de pasto para o gado de propriedade de uma grande construtora de Campinas há mais de 15 anos. O movimento em Defesa da Moradia conta, em apoio à sua iniciativa, com a solidariedade de inúmeras entidades populares e partidos políticos.



Sérgio Benassi, coordenador do movimento, fala aos ocupantes.

ESCOLAS PARTICULARES

Golpe contra estudantes

A União Nacional dos Estudantes realizou, dias 2 e 3, o Encontro de Estudantes de Escolas Pagas, no Rio de Janeiro. "Na prática, o encontro não foi convocado. Nenhuma entidade estudantil do país foi chamada a participar. Prevaleceu uma convocação partidária, somente para os grupos do PT. Os critérios de participação não foram divulgados", denuncia Augusto Madeira, da coordenação da corrente "Viração".

O encontro acabou aprovando uma proposta esdrúxula, apresentada pela diretoria da UNE: a luta pelo congelamento das mensalidades, abrindo, contudo, negociação de aumento de até 70% da URP mensal. "É um absurdo: ou você luta pelo congelamento, ou negocia aumento. Os dois, ao mesmo tempo, são incompatíveis", afirma Madeira.

O governo Sarney baixou o Decreto 95.720 que liberou os aumentos nas escolas particulares! Um golpe contra os estudantes, que agora ficam sujeitos ao arbítrio dos donos de escola. E estes buscam o lucro máximo. Algumas escolas chegaram a colocar suas mensalidades em OTNs, o que é irregular. Os aumentos estão sendo absurdos.

Com isso, algumas salas de aula sofreram uma evasão de alunos — que não conseguem pagar as mensalidades — de até 50%. O Colégio Claretea, em Guarulhos (SP), aumentou suas mensalidades em 400%, e o número de alunos caiu de 2 mil, no final de 87, para 500!

"A direção da UNE não soube compreender a dimensão do decreto de Sarney", comenta o líder da "Viração". "Ela não elaborou uma solução clara para a luta nas escolas com uma unificação mais geral, exigindo a derrubada do decreto. Passou a defender o congelamento das mensalidades, com uma argumentação nebulosa: com essa medida, muitas escolas iriam à falência, sendo estatizadas!"

MOBILIZAÇÃO
CRESCENTE

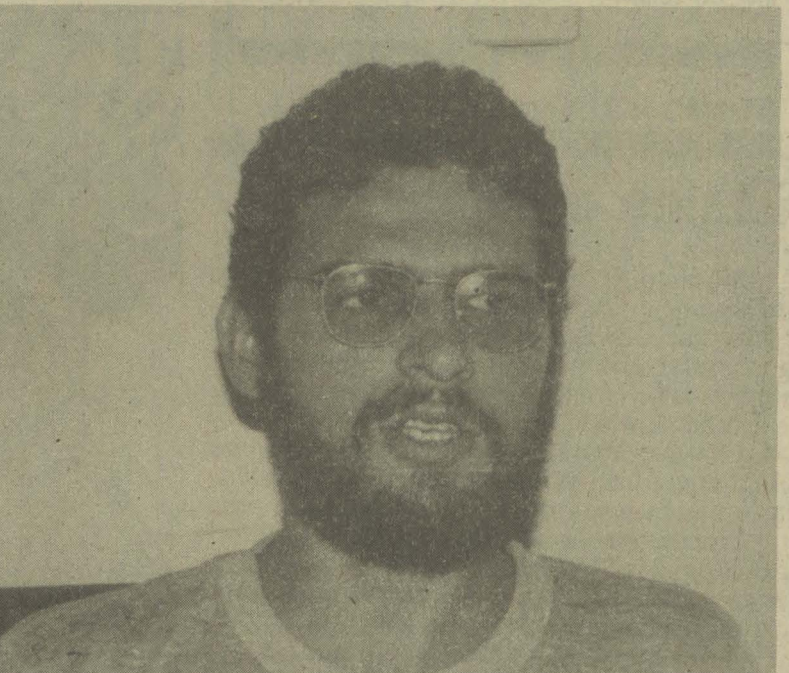
A parte a falta de perspecti-

OUSADIA NA LUTA

A corrente "Viração" levou ao encontro uma proposta, assinada pelas UEEs do Rio e de Goiás, e pelos DCEs da Unicap — PE, Unifor — CE e UCSAL — BA, defendendo o "fim do decreto que libera os aumentos; aumentos trimestrais, com índice de 50% da URP; efeito retroativo para esta proposta — o que foi pago a mais tem que ser descontado nas próximas mensalidades; nenhum estudante fora da escola; contra todo tipo de repressão ou punição aos estudantes em luta." No entanto a proposta não foi aprovada pela plenária de delegação duvidosa — não havia critério para a eleição de delegações, nem foi cobrada ata de realização de assembléias nas escolas.

"Agora", afirma Madeira, "é preciso que nos lancemos com ousadia nas mobilizações nas escolas pagas, conduzindo as lutas visando a vitórias concretas, criticando Sarney e exigindo a revogação de seu decreto que libera os aumentos, é necessário desmascarar a diretoria da UNE, que passou a partidizar a entidade e dar golpes no movimento estudantil, como ocorreu nesse encontro dos alunos de escolas pagas."

Mas esse movimento não se viu refletido no encontro convocado pela UNE para o Rio de Janeiro. A desorganização foi total. Uma semana antes do encontro, dois diretores chegaram a anunciar seu cancelamento, no Rio e em Pernambuco.



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Mauricio Grabois

Madeira: "Precisamos de ousadia na luta contra os aumentos"

CHAPECÓ

Vitória da "Garra Operária"

Realizou-se nos dias 30 e 31 de março a eleição para nova diretoria do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação de Chapecó e região, em Santa Catarina. A entidade, dominada pelos pelegos durante vários anos, é a mais importante do Oeste Catarinense, tendo cerca de 8 mil operários na base. A chapa de oposição, Garra Operária, foi a vitoriosa, obtendo 1.540 vo-

tos. Ela reúne as principais lideranças da categoria e expressa um amplo leque de alianças (PC do B, PT e PDT).

Os pelegos fizeram de tudo para evitar a derrota. Antes mesmo da formação da chapa oposicionista, delataram vários ativistas de base para as direções das empresas. Durante a eleição, apelaram para o anticomunismo, afirmando

que a Chapa 2 era dirigida pelo PC do B. Mas a categoria não caiu no engodo dos pelegos. A situação obteve apenas 577 votos.

A nova diretoria pretende realizar um intenso trabalho de fortalecimento do sindicato, democratizando suas relações com a base e priorizando a organização dos trabalhadores no interior das empresas. (da sucursal)

BANCO CENTRAL

Funcionários decidem parar

Em assembléias regionais realizadas no último dia 6, os funcionários do Banco Cen-

tral decidiram deflagrar uma greve nacional a partir do dia seguinte. A paralisação visa

pressionar a direção do banco, que não respondeu às reivindicações apresentadas pelos trabalhadores (aumento salarial de 40%, reestruturação funcional, elevação do piso do anuênio e pagamento de horas extras para os comissionados).

Em São Paulo, a greve será de 24 horas. No final do dia, os grevistas definirão em assembléia os rumos do movimento. Já no caso de Brasília, a assembléia aprovou greve por tempo indeterminado. Participaram da decisão cerca de 800 dos 2.600 funcionários do Banco Central lotados no Distrito Federal. A paralisação do dia 7 será a segunda na história deste banco, fundado em 1964. Em outubro passado, a categoria parou reivindicando aumentos salariais. Agora o Banco Central ameaçou os grevistas, afirmando que eles receberão "falta injustificável", o que significa um corte de 15 dias na licença-prêmio.



Assembléia em Brasília aprovou greve por tempo indeterminado

DIREITOS HUMANOS

Paulo Fonteles homenageado pela OAB-SP

Com um minuto de silêncio em homenagem à Dona Lida Monteiro, que morreu vítima de uma carta-bomba enviada à sede da OAB — RJ em 1981, e ao advogado e dirigente do Partido Comunista do Brasil Paulo Fonteles, assassinado em 11 de junho do ano passado no Pará, teve início no auditório da OAB — SP a entrega do Prêmio Franz de Castro Holzwarth, menção 1987. O homenageado da noite deste 7 de abril foi justamente o defensor de posseiros paraenses, ex-deputado estadual Paulo César Fonteles de Lima. A lembrança de Dona Lida faz parte já da tradição desta reunião que anualmente a Comissão de Direitos Humanos da OAB-SP promove desde 1981, concedendo este prêmio a personalidade que tenham se destacado na defesa dos direitos humanos no Brasil.

O REINO DA IMPUNIDADE

O dr. José Carlos de Castro, presidente da Comissão dos Direitos Humanos do Pará, advogado que está acompanhando o processo que tenta desvendar a trilha dos criminosos que mataram Paulo Fonteles nas cercanias de Belém, no Pará, fez um relato de como as diferenças de classe influenciam o tratamento que a Justiça dá aos paraenses. Segundo ele, “entre mais de 500 pessoas mortas por pistoleiros na região amazônica, não há um só mandante na prisão. A Justiça tem como característica prender os pobres, enquanto que os mais abastados são soltos incontinenti”.

O dr. José Carlos também é

advogado em mais dois outros casos de assassinato de advogados ligados à defesa de direitos humanos na região: o dr. Gabriel Pimenta e o dr. Paulo Umbelino, ambos os processos não elucidados. Como ele, agora, só existem mais sete advogados que continuam a defender os mais humildes contra a sanha violenta dos poderosos.

Ao cabo de sua intervenção, o advogado constata tristemente ser o Pará um dos Estados com a maior incidência de mortes deste tipo, apesar de contar a menor população relativamente a outras unidades da Federação.

O vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB-SP, dr. Paulo Sérgio Pinheiro, destacou o que chamou de círculo perverso do sistema: “O terrível é que os responsáveis pelo registro dos desrespeitos aos direitos humanos, invariavelmente se tornam vítimas dos fatores que os geraram”. Justificou, então, a escolha da figura de Paulo Fonteles como o homenageado póstumo da Comissão. “Mas o prêmio”, concluiu ele, “se estende também a todas as vítimas que somam 70% da população que hoje vivem à margem da cidadania plena em nossa terra”.

A EMOÇÃO DE DONA CORDOLINA

Os oitenta anos da mãe de Paulo Fonteles não impediram que ela desse um depoimento punjente sobre a vida do filho, durante o ato. A voz embargada de emoção, mas com o raciocínio claro e coerente, dona-



A mãe de Paulo Fonteles, dona Cordolina, emocionou a platéia que prestigiou o ato em memória a seu filho.

Cordolina Fontelles de Lima trouxe para aquela platéia atenta e muito representativa que lotou as dependências da OAB-SP os principais lances da trajetória de Paulo Fonteles, sempre dedicado à luta pela liberdade e a democracia.

“Aos 18 anos”, relata dona Cordolina, “Paulo já fazia parte da UNE, empreendendo viagens perigosíssimas. Em 1971 foi preso e torturado barbaramente, passando dois meses se arrastando devido aos ferimentos. Sua esposa estava grávida de 8 meses e chegou a pesar 37 quilos depois de todas as violências. Foi com o nascimento de meu neto que consegui vê-los pela primeira vez, fazendo grande esforço para não chorar. Não queria de-



monstrar fraqueza diante de seus algozes. Ficou preso ainda por um ano e logo ao sair enfrentou todo o tipo de restrições para continuar sua atividade universitária. Mesmo assim, completou seu curso e passou a se dedicar inteira-

mente à defesa dos posseiros e dos trabalhadores rurais do sul do Pará, onde sofreu muitas ameaças de morte. Sua atividade como deputado estadual é um libelo contra a opressão e em defesa do povo paraense. Os poderosos, entretanto,

queriam a sua vida. E a tiveram.”

Estiveram presentes ao ato representantes de inúmeras entidades democráticas e partidos políticos, inclusive João Amazonas, presidente nacional do PCdoB.

INDIOS TIKUNAS

Mais um massacre impune?

Os índios tikuna foram a Brasília, na semana passada, cobrar medidas do governo para punir os autores do massacre de que foram vítimas no dia 28 de março. Nesse dia, liderados pelo fazendeiro Oscar Castelo Branco, mais de 20 homens armados com revólveres e metralhadoras atiraram contra os tikunas, matando 14 e ferindo 23 índios — 15 continuam hospitalizados —, que estavam desarmados.

A Polícia Federal, que investiga o massacre, disse que foram indiciadas em inquérito oito pessoas, suspeitas de participar do crime. Mas ninguém está preso, apesar das armas do genocídio terem sido encontradas na casa do fazendeiro Oscar Castelo Branco. Os índios estão inquietos diante da possibilidade de que mais esta violência fique impune.

Em Brasília os tikunas encontraram-se com o ministro da Justiça, Paulo Brysard, com o superintendente da Polícia Federal, Romeu Tuma, e com o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães. Todos fizeram declarações genéricas sobre a necessidade de apurar os fatos e punir os criminosos.

Segundo os índios Santos Cruz e Nino Fernandes, sobreviventes do massacre, os tikunas queriam esclarecer a morte de um boi da tribo por mandatários de Oscar Castelo Branco. A Funai marcou um encontro com os índios e o fazendeiro no Igarapé do Capacet, no dia 28, para tratar do assunto.

“Na segunda-feira, 28, fomos para o Igarapé do Capacet esperar o pessoal da Funai e da polícia”, conta Santos Cruz. “Eram muitos homens, mulheres e crianças. No local, em vez do pessoal, encontramos o Oscar e mais 20 homens armados de revólveres e metralhadoras. Alguém gritou ‘atira’, e eles começaram a atirar. Muitos índios foram atingidos”.

Os índios tentaram fugir. Alguns correram para suas canoas, buscando escapar dos assassinos. Mas os pistoleiros foram atrás. Crianças como Batista Alves Inácio, de 11 anos; Lourenço Mariano Bernardo, de 10 anos; Lourenço

Almeida, de 10 anos; Getúlio Alberto Inácio, de 12 anos; e Aldemir Marcos Tomás, de 9 anos, foram mortos no rio.

Após a denúncia do massacre, a Polícia Federal apreendeu 26 espingardas e farta munição que estavam com Oscar Castelo Branco. Os sobreviventes Santos Cruz e Nino Fernandes denunciaram a participação do comerciante Hil-do Barbosa, de Tabatinga, como um dos organizadores do assassinato em massa.

HISTÓRIA ANTIGA

O primeiro contato dos tikunas com a civilização branca foi através de missionários religiosos, tendo à frente os capuchinhos da Irmandade de São Francisco de Assis. Esses capuchinhos criaram um colé-

gio para educar os índios nos moldes da sociedade dividida em classes exploradoras e exploradas, e torná-los dóceis diante dos brancos. Com isso os tikunas foram abandonando seus hábitos tribais, como a caça e a colheita de frutos silvestres, e passaram a fornecer peles para negociantes que as contrabandeavam para a Colômbia e o Peru.

Ao mesmo tempo, foram vendo suas terras sendo ocupadas pelos exploradores. Foram, igualmente, constrangidos a viver às margens dos rios, onde o contato com os negociantes era mais intenso. Um processo que acabou por desestruturar sua cultura característica. Agora, aos exploradores, interessa também a destruição física dos tikunas. Daí o massacre do dia 28.



Índios tikunas: se não houver pressão, o massacre de 28 de março poderá permanecer impune

CULTURA

A trajetória de Coelhão

Sérgio Coelhão, cantor e compositor, mostra dia 18, às 20h30m, na Casa de Cultura Mazzaropi, o seu show “Trajetória”. Contando e cantando sua própria história musical, desde os seus primeiros momentos profissionais — suas influências, o primeiro disco, “Biscateiro de Emoções” até os planos futuros de novos shows e a produção do segundo disco, para o ano que vem.

O artista mostra a harmonia das letras e músicas e a grande diversidade de temas e estilos variados de suas canções, tais como chorinho, baião, xote, blues, pop, rock, além de reabilitar alguns compositores esquecidos da MPB dos anos 70, chegando a canções atuais, como “Olhar 43”.

Sérgio Coelhão tem 27

anos. Seu trabalho profissional começou em 1979, como integrante da banda “Fruto Maduro”, no Rio. Em 1982, iniciou sua carreira individual de forma alternativa em casas noturnas, teatros da periferia e shows com Moraes Moreira, Alcione, Roupas Nova, Blitz, Emilio Santiago, Luiz Gonzaga e Tim Maia. Dirigiu shows com a presença de Francis Hime, Paulo Tuba e Cláudio Nucci, entre outros. Em teatro, compôs trilhas para as peças infantis “Baú da Inspiração” e “Formigando” e assinou a direção musical da peça “Eternos Meninos”, de Paulo Tapajós.

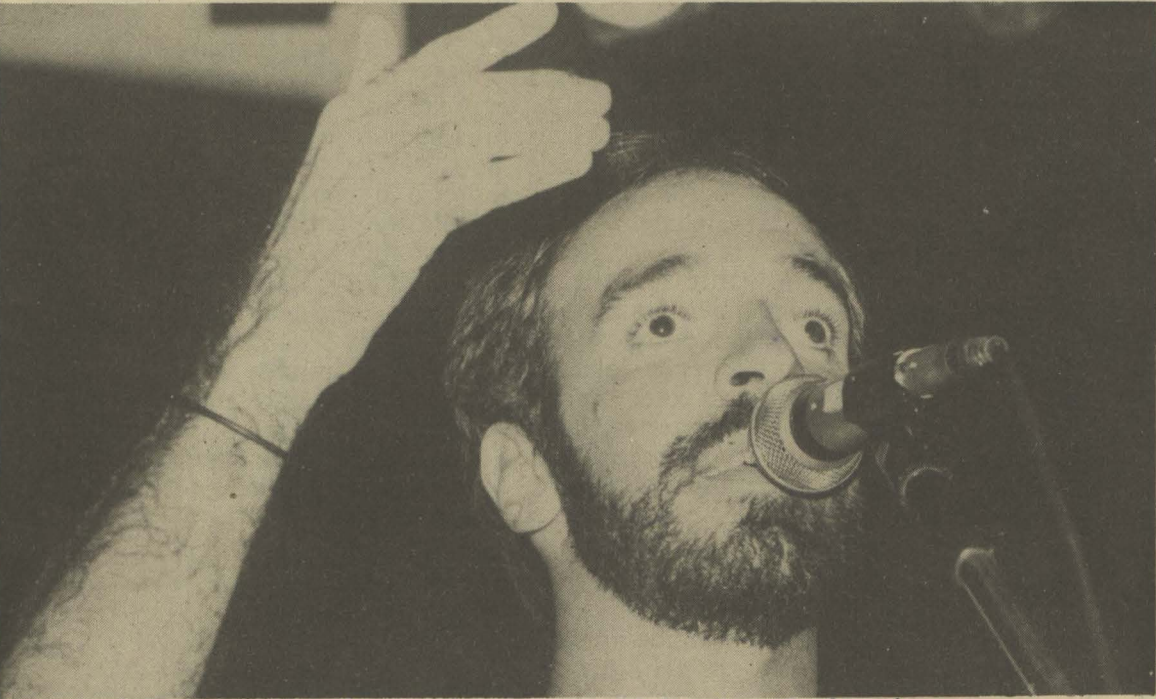
O disco “Biscateiro de Emoções” (independente), produzido em 1986, mostra suas composições simples e sem modismos. O disco tem a

participação de músicos como Antônio Adolfo, Maurício Maestro, Luizão Maia, Nando Carneiro e Mário Adnet, que assina a maioria dos arranjos. Destacam-se também o tecladista Wagner Caetano e o guitarrista Rodrigo Campello.

Um destaque especial é a canção bem humorada “Tem que ser do Norte (Só Xotão)”, um xote onde canta suas peripécias pelas gravadoras e resolve bancar o nordestino para fazer sucesso.

A faixa não foi liberada pela censura para veiculação em rádio e TV.

A Casa de Cultura Mazzaropi, onde será apresentado o show “Trajetória”, fica na rua Visconde de Parnaíba, 2.437, metrô Bresser, São Paulo.



Sérgio Coelhão: show e disco de um artista com um trabalho diversificado e vigoroso

Foto: Aquinaldo Zordenoni

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53 — Bela Vista — São Paulo - SP — CEP 01318 — Telefone: 36-7531 (DDD 011) — Telex: 1132133 TLOBR
Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira
Conselho de Direção: Rogério Lustosa, Olívia Rangel, Bernardo Jofilly
ACRE: Rio Branco: Edifício Felício Abrahão, 2º andar, sala 32 — CEP 69900
ALAGOAS — Arapiraca: Pça. Luís Pereira Lima, 237 Sobreloja CEP 57000
Maceió: Rua Cincinato Pinto, 183 — Centro — CEP 57000
AMAZONAS — Manaus: R. Simon Bolívar, 231 (ant. Pça. da Saudade) — Caixa Postal 1439 — Rua João Pessoa 53, São Lázaro. Fone: 237-6644 — CEP 69000
BAHIA: Camaçari: R. José Nunes de Matos, 12 — CEP 42.800
Feira de Santana: Av. Sr. dos Passos, nº 1399 — 2º andar — sala 1415 — CEP 44100

Itabuna: Av. do Cinquentenário, 928 1º andar sala 1 — Centro — CEP 45600. Itapetininga: Av. Santos Dumont, 44 1º andar Centro. Juazeiro: Rua Américo Alves, 6-A CEP 44060. Paratinga: Rua Marechal Deodoro, 30 Centro CEP 47500. Salvador: R. Conselheiro Junqueira Ayres, 41 — Barris — CEP 40000. Simões Filho: Praça 7 de setembro (prédio da ant. Cimesf) — CEP 43700
DISTRITO FEDERAL: Brasília: HIGS Bloco G Casa 67 — CEP 70302 — Telefone 225-8202
CEARÁ — Fortaleza: Av. Tristão Gonçalves, 789 CEP 60000. Iguatú: Pça. Otávio Bonfim, s.n. Altos — CEP 63500. Sobral: Av. Dom José, 1236 sala 4 CEP 62100
ESPÍRITO SANTO — Cachoeiro do Itapemirim: Pça. Gerônimo Monteiro, 89 sala 2 Centro — CEP 29300. Vitória: Rua Prof. Baltazar, 152 CEP 29020
GOIÁS — Goiânia: Rua 3, nº 380 casa 6 CEP 74000. Anápolis: Rua 14 de Ju-

lho, 821 Centro — CEP 77100
MARANHÃO — São Luís: Rua Osvaldo Cruz, 921 Centro Fone: 221.5440 CEP 65000
MATO GROSSO — Cuiabá: Rua Colmandante Costa, 548 Fundos CEP 78030 — Fone 321-5095
MATO GROSSO DO SUL — Campo Grande: Rua Maria Madalena, 5 CEP 79010
MINAS GERAIS — Belo Horizonte: Padre Belchior, 285 Centro — Fone 224-7605 — CEP 30000
PARÁ — Belém: Rua Manoel Barata 993 CEP 66000
PARAIBA — João Pessoa: Pça. 1817 nº 118 2º andar Centro CEP 58020

Campina Grande: Praça da Bandeira, 117 1º andar Centro CEP 58100
PARANÁ — Curitiba: Rua Saldanha Marinho, 370-2º andar CEP 80000 Fone: 222-9120. Londrina: Rua Sérgio, 984 sala 206 2º andar CEP 86100
PIAUÍ — Teresina: Rua Desembargador Freitas, 1459 Fone: 222.2044 CEP 64000
PERNAMBUCO — Cabo: Rua Vígrio Batista, 236 CEP 54500. Garanhuns: Rua Dantas Barreto, 5 sala 1 Centro CEP 55300. Recife: Rua do Sossêgo, 221, Boa Vista CEP 50750
RIO GRANDE DO NORTE: Natal: Rua Jundiá, 420-A CEP 59000 — Cid. Alta
RIO GRANDE DO SUL: Porto Ale-

gre: Rua Vig. José Inácio, 687 3º andar CEP 90020. Caxias do Sul: Rua Bento Gonçalves, 2049 CEP 95100. Canoas: Rua Tiradentes, 130 sala 405 CEP 92100. Cruz Alta: Rua João Manoel, 433 CEP 98100. Pelotas: Rua Tiradentes, 2394 1º andar CEP 96010. Santa Maria: Rua Mal. Floriano Peixoto, 1357 Fundos — CEP 97100. Novo Hamburgo: Rua Lucas de Oliveira, 96 sala 6 CEP 93510. Rio Grande: Rua Gal. Vitorino, 746-A CEP 96200
RIO DE JANEIRO — Rio de Janeiro: Rua 1º de Março, 8 2º andar Fone: 252-9935 CEP 20000 — Niterói: Av. Amari Peixoto 370 sala 803 Centro — CEP 24000. Duque de Caxias: R. Nunes Alves, 40 sala 101 CEP 25000. Nova Iguaçu: Trav. Renato Pedrosa, 33 sala 319 CEP 26000
SANTA CATARINA — Florianópolis: Pça. XV de Novembro, 21 sala 705 Caixa Postal: 1231 CEP 88075
SÃO PAULO — São Paulo: Rua Condesa de São Joaquim, 272 Fone 277-

3322 CEP 01318 Bela Vista. Americana: Av. Dr. Antônio Lobo, 281 sala 6 CEP 13470. Botucatu: R. Armando de Barros, 817 1º andar sala 2 CEP 18600. Campinas: Rua Senador Sarai-va, 448 Fone 2-6345 CEP 13100. Marília: R. Dom Pedro 180 CEP 17600. Osasco: Rua Ten. Avelar Pires de Azevedo, 20 2º andar, sala 12 CEP 06000. São Carlos: Av. São Carlos, 2119 Caixa Postal 533 CEP 13560. Taubaté: Rua Anísio Ortiz Monteiro, 41 CEP 12100. São José dos Campos: Rua Vilaça, 195 1º andar sala 19 CEP 12200. Guarulhos: R. Pe. Celestino, 42 sala 8 2º andar CEP 12200
SERGIPE — Aracaju: Rua Itabalani-nha, 145 sala 104 CEP 49010

A Tribuna Operária é uma publicação da Editora Anita Garibaldi. Composição, Past-up, Fotos e Impressão: Cia. Editora Jorúes. (Fone: 815-4969) São Paulo SP.

A corrupção que Sarney quer esconder

Apenas uma previsão podia ser feita, até o fim da semana passada, pelas pessoas que acompanhavam o desenvolvimento dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga a corrupção no governo federal. Um grande confronto estava prestes a ocorrer, porque por um lado a CPI reunia evidências cada vez mais fortes sobre a participação de membros da assessoria direta do Palácio do Planalto em atividades ilícitas, e por outro o governo Sarney rejeitava terminantemente qualquer investigação que pudesse desgastá-lo ainda mais perante a opinião pública.

A tática do Presidente podia ser resumida em dois movimentos básicos. Primeiro, ele procurava impedir a qualquer custo que seu assessor especial e ex-genro, Jorge Murad, e o consultor-geral da República, Saulo Ramos, fossem obrigados a depor perante membros da CPI. Também tentava proibir que documentos comprometedores em poder de funcionários de escalões intermediários chegassem ao poder da Comissão.

Ao mesmo tempo, cobrava da Polícia Federal resultados mais rápidos nas averiguações paralelas que ela promove sobre as irregularidades. O objetivo era levar estas averiguações a um resultado mais ou menos aceitável, punir alguns bodes expiatórios, fazer crer que o esquema policial do Planalto está vigilante sobre a corrupção, e colocar uma pedra sobre um caso incômodo e potencialmente desestabilizador.

Para alcançar este objetivo o governo promoveu uma interessante articulação entre seus próprios membros. O ministro-chefe do SNI, general Ivan de Souza Mendes, pediu ao consultor-geral da República, Saulo Ramos, um parecer sobre a eventual inconstitucio-

nalidade dos procedimentos da CPI. Saulo respondeu que havia de fato quebra de normas constitucionais. Sarney endoçou mais que depressa a opinião do procurador. E com base neste endoço os principais assessores do presidente sentem-se desobrigados de comparecer diante da CPI, e o general Ivan considera que não precisa entregar ao Legislativo os documentos que lhe forem solicitados.

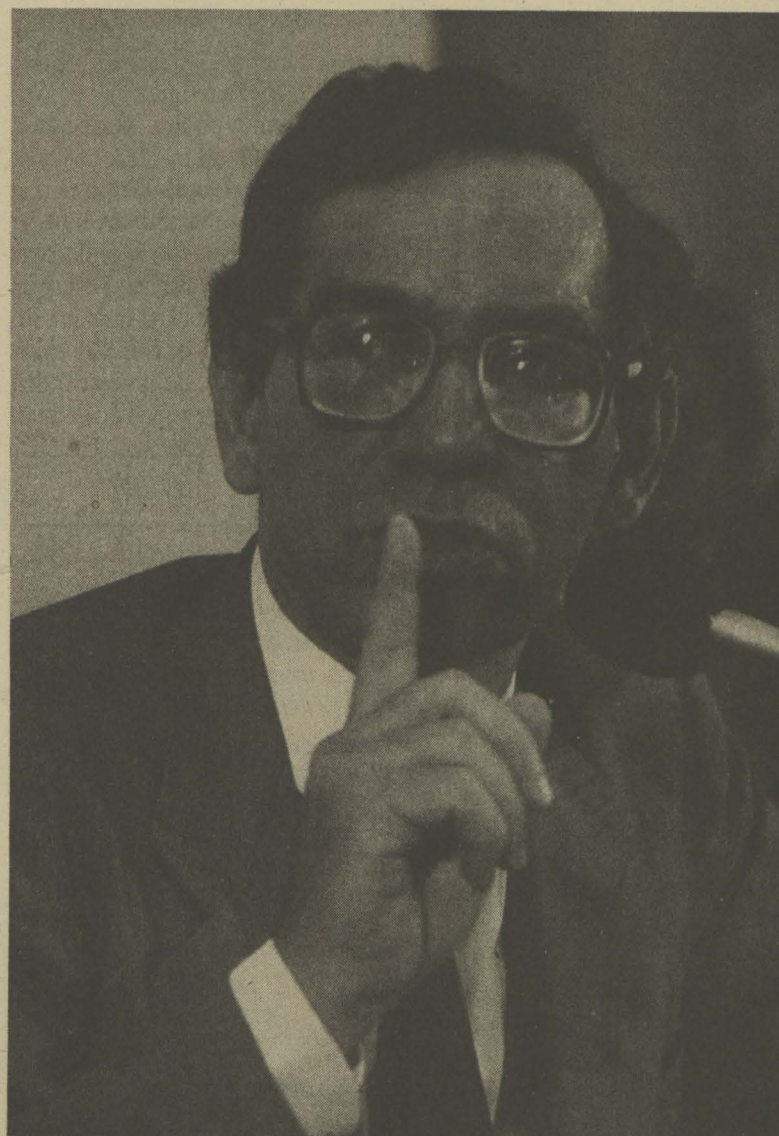
Como seria de se esperar, nada indica que esta trama será aceita passivamente pela Comissão Parlamentar de Inquérito. A imprensa noticiou que em reunião secreta no dia 6, os membros da Comissão decidiram não só desconhecer o parecer da Procuradoria Geral da República como também convocar para depor seu próprio titular, Saulo Ramos, sobre o qual pesam severíssimas suspeitas.

O que importa resgatar de tudo isso, porém, é que, criada para investigar irregularidades na atuação do ex-ministro do Planejamento, Aníbal Teixeira, a CPI foi aos poucos chegando a revelações bem mais profundas sobre o grau de fisiologismo que brota do governo Sarney. E num determinado momento vieram à luz alguns dos mecanismos através dos quais fortunas surgem e se multiplicam, com a simples inclusão de cláusulas extras em decretos presidenciais.

Não é possível prever até que ponto irá a própria CPI na investigação destes mecanismos. Mas aos militantes progressistas interessa conhecer não apenas o nome de meia dúzia de culpados, e sim as estruturas que tornam possível a perpetuação de tantas irregularidades. Por isso a "Tribuna Operária" procura explicar, nesta página, as principais fontes de corrupção que foram descobertas pela CPI.



A mão ágil de Saulo Ramos desviou US\$ 600 milhões para as construtoras. Aníbal Teixeira viu e denunciou, pois não quer afundar sozinho.



Mostra como a simples concessão de verbas a fim de obter dividendos políticos evoluiu para a criação de empresas que se especializaram em acelerar o processo de liberação de recursos federais, e que sobrevivem graças à apropriação particular de parte destes recursos. E prova que através de simples atos administrativos é possível às vezes repassar ao setor privado somas incalculáveis, o que se constitui em mais uma evidência de que são falsas as idéias segundo as quais o Estado é um carrasco das iniciativas empresariais.



Sérgio Teixeira trabalhava na Seplan e ajudava a liberar as verbas que sua própria empresa embolsaria

No mês de março ficou comprovado que o proprietário de uma das empresas da intermediação, a Hidrossistemas, era o próprio primo de Aníbal, Sérgio Menin Teixeira. Não só isso. Sérgio conseguiu ser nomeado para um posto na Seplan em que exercia influência direta na libera-

ção de verbas. E ainda mais. Em pelo menos um caso concreto, o de Valença (RJ) a Hidrossistemas justificou o pedido de recursos à Seplan apresentando orçamentos comprovadamente superestimados. O sobrepreço pago pelos cofres públicos era a forma através da qual se arrecadava o di-

neiro necessário para pagar as "comissões".

O processo de "intermediação", porém, é apenas um dos mecanismos — e não o mais importante — através dos quais a iniciativa privada aproveita-se da estrutura corrupta do Estado para obter vantagens particulares.

1. A arte de trocar verbas por votos

A acusação mais branda que se fez ao ministro Aníbal Teixeira foi a de transformar a Seplan numa espécie de loja de troca de favores. O ministério concedia verbas a fundo perdido aos municípios, desde que suas lideranças políticas se comprometessem a apoiar planos pessoais do próprio titular da pasta, de seus superiores e protegidos.

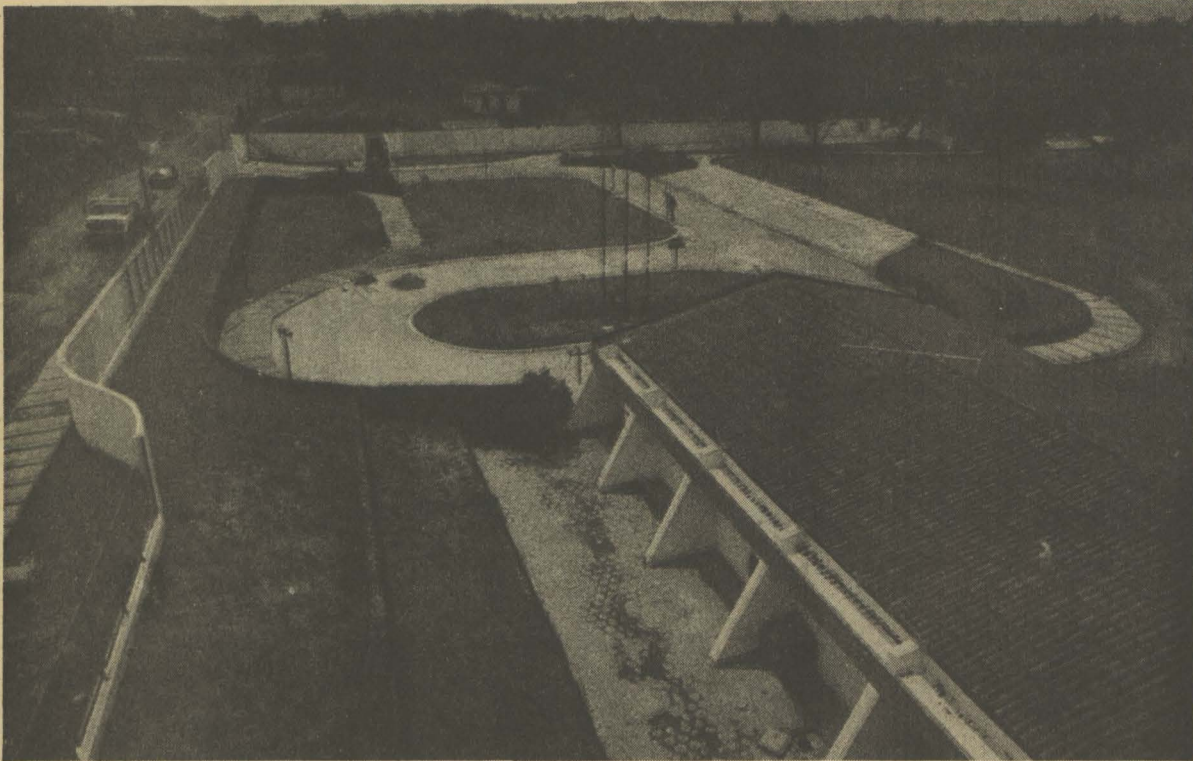
Foi através da investigação deste expediente que se verificou, por exemplo, que a cidade de Belo Horizonte, cuja prefeitura Aníbal pretendia disputar, foi agraciada em dez meses com Cz\$ 773 milhões a fundo perdido, constituindo-

se na maior beneficiária da Seplan.

Mais estranho ainda é que a cidade colocada em segundo lugar é a pequenina Pinheiro, no interior maranhense, que recebeu Cz\$ 284 milhões. Pinheiro é a cidade natal do presidente Sarney, e tudo indica que as irregularidades lá não se restringem ao montante concedido, mas igualmente à forma da aplicação. Apenas uma construtora foi encarregada de todas as obras, a concorrência foi feita de forma aparentemente incorreta e muitos dos melhoramentos previstos não se concretizaram.

A concessão especialíssima de verbas a determinados municípios seria, porém, um simples capricho pessoal do ministro Aníbal para melhorar suas chances de ser prefeito de Belo Horizonte e contentar seu superior, o presidente Sarney?

Evidentemente, não. Um levantamento realizado em fevereiro último revelou que havia objetivos políticos gerais, e não apenas individuais envolvidos na trama. Tanto é que do total de políticos atendidos com a concessão de verbas, 79% eram favoráveis ao mandato de cinco anos para Sarney.



Hotel construído na cidade natal de Sarney. Como em outras obras, sinais claros de irregularidades.

2. As empresas que vendem influência

No início de fevereiro começou a vir à tona uma forma sofisticada de corrupção até então desconhecida do grande público: a intermediação para obtenção de verbas.

Certas empresas particulares especializaram-se em montar lobbies junto a órgãos federais e a "azeitar" os canais através dos quais é feita a liberação de verbas para os muni-

cípios. Estas empresas passaram, então, a se oferecer às prefeituras de todo o país como intermediárias para a obtenção destas verbas. Conseguiram os recursos em prazos incrivelmente mais curtos, e cobravam pelo "serviço" taxas que giravam em torno de 20% do total concedido pela União. Tal procedimento ocorria não só junto à Seplan,

mas em um número significativo de ministérios.

A apropriação de parcela considerável dos fundos públicos por particulares é, por si só, inaceitável. Mas mais infame ainda é a forma através da qual esta prática se institucionalizou, especialmente no ministério chefiado por Aníbal Teixeira.

3. Milhões de dólares por uma assinatura

Os casos mais escabrosos de favorecimento criminoso à iniciativa privada, porém, seriam revelados pelo próprio Aníbal. Em depoimento prestado no fim de março perante a CPI da corrupção, ele procurou livrar-se das acusações que lhe eram dirigidas, incriminando outros réus. Insinuou que o ex-genro e secretário particular de Sarney, Jorge Murad, estava envolvido na tentativa de fazer o Presidente assinar decretos que redundariam em enormes prejuízos para a União.

A CPI anunciou que convocaria Murad para depor. O governo contra-atacou com o pa-

recer da "inconstitucionalidade", redigido por Saulo Ramos. Foi então revelada a existência de estranhos decretos assinados por Sarney em fevereiro e abril de 87. Através desses decretos, as dívidas do Estado junto às empreiteiras de obras públicas, referentes a serviços realizados no final de 86, foram reajustados retroativamente. Segundo cálculos recentes, o governo transferiu artificial e ilegalmente para a iniciativa privada, através desses decretos, cerca de 600 milhões de dólares. E não só Murad como o próprio Saulo Ramos teriam discutido pessoalmente com Sarney a tomada dessas decisões.

Saulo seria incriminado, poucos dias depois, por outros delitos. A CPI investiga agora decretos que ela também teria influenciado e que, entre outras falcatruas, beneficiaram diretamente proprietários de grupos financeiros privados que se encontravam sob intervenção do governo por flagrantes irregularidades administrativas.

Tudo indica, portanto, que quanto mais as investigações se aproximam dos assessores diretos de Sarney, mais profundos e mais comprometedores são os indícios de envolvimento em processos altamente danosos ao Estado.

Duas formas de ver as falcatruas

A revista "Veja" dedicou a capa, o editorial e dez páginas de sua edição de 6 de abril às denúncias de corrupção que percorrem o país e chamou a atenção do povo. Mas quem leu com atenção o material publicado pela revista teve a oportunidade de perceber que ele é, na verdade, uma tentativa de sepultar as investigações. Aníbal Teixeira aparece como o grande e único culpado, as acusações que ele lança contra outros são simples subterfúgios e bastaria sua punição exemplar para que as instituições nacionais dessem "uma prova de maturidade".

Embora sem o mesmo

grau de oficialismo de "Veja", outros órgãos de imprensa procuram convencer o povo de coisas semelhantes. A corrupção seria, ao fim das contas, o simples resultado da ação de um punhado de homens de idéias atrasadas, sem qualquer relação com o tipo de desenvolvimento que o país adotou.

Na verdade, é o contrário. As revelações a respeito das ações de Saulo Ramos mostram que o povo brasileiro precisa exigir não só o fim do governo Sarney, comprovadamente corrupto, como também liquidar com as estruturas através das quais basta uma simples

assinatura, para que um membro da equipe central do governo promova transferências de recursos da ordem de centenas de milhões de dólares.

A parcela da burguesia que quer substituir Sarney, por considerá-lo incapaz de promover a implantação do capitalismo "moderno" do país não se interessa e não pode se interessar na liquidação dessas estruturas, porque se beneficia diretamente delas. Liquidar radicalmente a corrupção passou a ser, na situação histórica que o país atravessa, uma tarefa do proletariado e das classes que marcham a seu lado.